



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA

LOURISVAL MENDES DA SILVA

OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA MODALIDADE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): acompanhamento do processo de
planejamento na U.E. JOÃO SOARES ARAÚJO

São Luís

2016

LOURISVAL MENDES DA SILVA

**OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA MODALIDADE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): acompanhamento do processo de
planejamento na U.E. João Soares Araújo.**

Monografia apresentada para fins de conclusão
do curso de Pós - graduação Lato Sensu de
Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-
Graduação em Educação, da Universidade
Federal do Maranhão – UFMA.

Orientador (a): Prof^a. Esp. Gisele Maria
Araújo.

São Luís

2016

Silva, Lourisval Mendes da.

Os desafios do coordenador pedagógico na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA): acompanhamento do processo de planejamento na U. E. João Soares Araújo/ Lourisval Mendes da Silva. Bacabal, 2016.

82 f.

Orientação: Prof^ª. Gisele Maria Araújo.

Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Maranhão, curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagogia, 2016.

1. Desafios 2. Coordenador pedagógico 3. Educação de Jovens de Adultos 4. Planejamento. I. Título.

LOURISVAL MENDES DA SILVA

**OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA MODALIDADE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): acompanhamento do processo de
planejamento na U.E. João Soares Araújo.**

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós - graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Esp. Gisele Maria Araujo – UFMA, (Orientadora)

Prof^ª. Kelly Almeida de Oliveira – UFMA

Prof^º. Me. Hadryan Lima Rodrigues – UFMA

Ao Deus criador de tudo, que tem me proporcionado a dádiva da vida e todos meus momentos de graça em minha existência.

Aos meus familiares, amados filhos e filha, e minha esposa, a razão da minha luta cotidiana. Todos me dão alegria de viver.

Aos meus irmãos e irmãs pelo incentivo e que nunca me deixaram sozinha nas minhas caminhadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pela sabedoria e discernimento de crê e coloca primeiro lugar na minha vida.

A minha querida esposa, Maria Eudna, pela sua existência e pela a gentileza de me conceder a honra de está a seu lado nesses quinze anos de matrimônio com muito amor, companheirismo e cumplicidade.

Aos meus filhos e filha; Ricardo, Emanuel Esdras e Emanuely, os perfeitos presentes de Deus, os amores da minha vida, fonte de minha intensa felicidade e as razões do meu viver.

Aos meus irmãos e irmãs, pelas pessoas amáveis e queridas que sempre têm me dado total apoio.

De modo especial a memória dos meus eternos Pais, Antonio Neres da Silva Filho e Francisca Mendes Teixeira, por tudo que fizeram por mim. A eles, a minha eterna gratidão.

Aos professores deste curso, que nos ajudaram na compreensão ao longo de todo estudo.

A nossa querida tutora Suely Pacheco Chaves, do pólo sete (07) que me recebeu com muito carinho e incansavelmente deu apóio e colaborou com todos os cursistas.

Aos colegas companheiros de turma pela eterna amizade construída ao longo deste curso.

“Uma Escola reflexiva é uma comunidade de aprendizado e é um local onde se produz conhecimento sobre educação. Nesta reflexão e no poder que dela retira toma consciência de que tem o dever de alertar a sociedade e as autoridades para que algumas mudanças a operar são absolutamente vitais para a formação do cidadão do século XXI”.

(Alarcão, 2003)

RESUMO

O presente trabalho buscou refletir acerca de uma pesquisa realizada na unidade escolar João Soares de Araújo, junto aos professores que trabalham com a modalidade Educação de Jovem e Adulto - EJA. Teve como objetivo geral, analisar os desafios do coordenador pedagógico, a luz do processo de elaboração e execução do planejamento e específicos, - identificar os desafios do coordenador pedagógico, junto aos professores no processo de elaboração e execução do planejamento escolar na modalidade eja, - verificar as estratégias desenvolvidas no ato da execução do planejamento na contemplação do todo no processo de ensino – aprendizagem, - ampliar sistematicamente o conhecimento no âmbito do processo do planejamento e de sua execução na sala de aula. Como pressupostos teóricos: Gadotti e Romão (2007 e 2008), Moura (2004) e Oliveira & Paiva (2004) nos fazem refletir sobre a modalidade EJA, e com Dalmás (1994 & 2008), Piletti (1995), Libâneo (2001 & 2004) e Vasconcellos (2006 & 2008) na ampliação dos conhecimentos referente ao processo de elaboração e execução do planejamento. A metodologia utilizada foi de uma abordagem qualitativa, tendo como campo empírico U. E. João Soares Araújo, sendo os sujeitos os quatro professores que trabalham na EJA. O resultado relevante quanto ao perfil dos professores e diante das dificuldades encontradas para desenvolver uma educação com um maior padrão de qualidade. Portanto, confirma - se que são vários os desafios do coordenador pedagógico.

Palavras - chave: Desafios. Coordenador Pedagógico. Educação de Jovens e Adultos. Planejamento.

ABSTRACT

The present work sought to reflect on a research carried out in the João Soares de Araújo school unit, together with the teachers who work with the Youth and Adult Education modality - EJA. The main objective of the study was to analyze the challenges of the pedagogical coordinator, in the light of the process of planning and execution of the planning, and - to identify the challenges of the pedagogical coordinator, together with the teachers in the process of elaboration and execution of school planning in the eja mode. To verify the strategies developed in the execution of the planning in the contemplation of the whole in the teaching - learning process, - to systematically extend the knowledge within the scope of the planning process and its execution in the classroom. As a theoretical assumption, Gadotti and Romão (2007 and 2008), Moura (2004) and Oliveira & Paiva (2004) reflect on the EJA modality, and with Dalmás (1994 & 2008), Piletti (2004) and Vasconcellos (2006 & 2008) in the expansion of the knowledge related to the process of elaboration and execution of the planning. The methodology used was of a qualitative approach, having as empirical field U. E. João Soares Araújo, being the subjects the four teachers who work in the EJA. The relevant result regarding the profile of teachers and the difficulties encountered to develop an education with a higher standard of quality. Therefore, it is confirmed that there are several challenges of the pedagogical coordinator.

Key - words: Challenges. Pedagogical Coordinator. Youth and Adult Education. Planning.

LISTA DE SIGLAS

CNE - Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

CP – Coordenador Pedagógico

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FMI – Fundo Monetário Internacional

LDBEN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

PEE- Plano Estadual de Educação

PNE- Plano Nacional de Educação

PEE- Plano Estadual de Educação

PME- Plano Municipal de Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

IBGE- Instituto de Geografia e Estatística

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FUNÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO.....	18
2.1 Um Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	18
2.2 Uma Visão da Educação de Jovens e Adultos.....	21
2.3 Base Legal da EJA.....	24
2.4 A Função do Coordenador Pedagógico na EJA.....	27
2.5 Uma Visão Atualizada do Coordenador Pedagógico: conceitos e atribuições.....	30
3. OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO NA EJA.....	38
3.1 Planejamento.....	40
3.2 Ato de Planejar.....	44
3.3 Plano de aula.....	46
3.4 Execução do plano de aula.....	47
3.5 Os Desafios do Coordenador Pedagógico no Contexto Atual.....	48
4. REFLEXÕES SOBRE A PRAXIS DOCENTE EM RELAÇÃO O ATO DE PLANEJAR E EXECUTAR NA SALA DE AULA O PLANEJAMENTO, NA U.E. JOÃO SOARES DE ARAÚJO.....	54
4.1 Quanto à formação do professor/disciplina que leciona.....	55
4.2 Quanto ao tempo de docência.....	55
4.3 Quanto as dificuldades.....	56
4.4 Quanto às estratégias metodológicas usada na aula com os alunos.	66
4.5 Quanto os resultados satisfatórios à aprendizagem.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68

REFERENCIAS.....73

APÊNDICE.....80

1. INTRODUÇÃO

Os desafios do Coordenador Pedagógico na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos, no processo de acompanhamento do planejamento escolar, na unidade escolar João Soares Araújo, na perspectiva de avanço na melhoria no processo educativo, tendo como atribuição o fazer do coordenador pedagógico, bem como a importância e a contribuição deste profissional nos conhecimentos educacionais, assim, instituindo o principal interesse desse trabalho, numa intenção de buscar para esse processo que é a ação do planejamento, um aproveitamento mais adequado no ensino e aprendizagem, possibilitando uma transformação no que diz respeito sua capacidade e competência que todos devem adquirir ao longo de sua vida de formação escolar, por meio das exigências do mundo que rodeia, tornando um cidadão autônomo e se efetivando e se articulando a outras situações de convivência na sociedade.

Nessa perspectiva, o coordenador pedagógico, vem possibilitar junto aos professores e gestor, um fazer educacional voltado para a qualidade da educação da qual está sendo oferecida. Assim, coordenador pedagógico, professor e gestor munidos de saberes e funções diversas, podem buscar um maneira mais fecunda para que se construa uma prática pedagógica mais dinâmica, criativa e consistente no desenvolvimento do educando, e dando mais qualidade no processo educativo. Além disso, na contribuição de fazer um trabalho de acompanhamento ao processo de aprendizagem dos alunos, orientando e apoiando os professores no desenvolvimento de suas ações pedagógicas, em uma contínua busca pela melhoria da prática do docente nas condições de favorecer e fortalecer toda prática do processo educacional, pois, a complexidade da prática escolar exige desse servidor um alto grau de competência, referente aos conhecimentos e habilidades para administrar os trabalhos, seu tempo, sua rotina e não ser, envolvido pelos os imprevistos dia a dia.

Promover uma educação de qualidade que garanta a aprendizagem de todos os alunos sendo para a escola uma tarefa complexa, mas é um objetivo que deve ser almejado por todos, envolvendo comprometimento e parceria. Neste contexto, o coordenador pedagógico se constitui num profissional de extrema relevância para garantir articulação e efetividade nas ações educativas, uma vez que tem a responsabilidade, junto à comunidade escolar, de assegurar, no chão da escola, um ambiente articulado e favorável para que os processos de ensino e aprendizagem sejam efetivos, sendo, ele, o elo que concilia as ações na escola. É, portanto, um dos mentores de todo trabalho em prol de um processo educativo

interdisciplinar, na melhoria da qualidade do ensino e efetividade da aprendizagem de todos os alunos.

Neste contexto, mediante todos os desafios impostos pela EJA, o momento do planejamento é uma ação ímpar, que necessita de um movimento dialético, de ação/reflexão/ação, não só do professor, mas também do coordenador pedagógico.

Levando em consideração a realidade do campo empírico, a luta por uma educação de melhor qualidade, onde jovens e adultos voltam para a escola tornando a vê-la com grande expectativa, assim, para retomar seus estudos que por algum motivo foram interrompidos. É com uma visão de que nos dias de hoje, eles precisam da escola para ter melhores oportunidades de trabalhos, melhores salários, e conseqüentemente uma boa formação, para que possa haver também uma possível ascensão social.

Assim, na busca de uma educação de qualidade, para esses cidadãos temos vários questionamentos, entre estes, podemos pontuar: **O planejamento dos professores satisfaz no desenvolvimento da aula o ensino – aprendizagem, ou é apenas um planejamento para o cumprimento da rotina do ato de planejar?** Ainda, nessas inquietações, cabe questionar: os planejamentos são organizados de acordo com a realidade dos discentes da EJA? No momento da execução do planejamento na sala de aula, os professores realizam de acordo com o que foi planejado? Os professores têm formação continuada para trabalhar com alunos da EJA, ou são meramente professores sem nenhum conhecimento da modalidade? Na presença dessas situações quais são os desafios do coordenador pedagógico em realizar seu trabalho para favorecer a qualidade da educação?

É na importância de uma maior relevância perante a realidade desta escola, que este trabalho pretende analisar os desafios do coordenador pedagógico, à luz do processo de elaboração, e acompanhamento do planejamento dos professores, e como objetivos específicos tem: despertar o professor diante do planejar e executar levando em consideração a realidade de cada aluno verificar as estratégias desenvolvidas no ato da execução do planejamento na contemplação do todo no processo de ensino – aprendizagem e ampliar sistematicamente o conhecimento no âmbito do processo do planejamento e de sua execução na sala de aula.

Na perspectiva de analisar os desafios do coordenador pedagógico na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, no processo do planejamento e sua execução na sala de aula, a luz de uma contribuição para a melhoria da qualidade do processo educacional da unidade de ensino, referente ao desenvolvimento na elaboração e execução do planejamento escolar, afim de que, o processo de ensino e aprendizagens com os educandos seja mais

eficiente e eficaz para sua formação, alicerçado com referencial teórico, nas obras de vários autores, tendo em vista os principais como; Almeida (2001), Almeida e Placco (2011) com ênfase no que configura o profissional coordenador pedagógico com relevância ao seu campo de atuação e que nos leva a entender que este servidor não se encontra definido é no seu fazer pedagógico diferenciado nas dimensões escola, professor, alunos e pais é que vai se constituindo um perfil.

Dalmás (1994, e 2008), Piletti (1995), Libâneo (200, e 2004) e Vasconcellos (2006, e 2008) na ampliação dos conhecimentos referentes ao processo de elaboração e execução do planejamento e no plano de aula, assim, demonstrando a quanto é significativo e necessário a realização do planejamento ou plano de aula para o trabalho do professor e no processo de ensino e aprendizagem, numa holística de que o bom trabalho do docente, primeiramente tem que se pensar no discente.

Gadotti e Romão (2007; 2008), Moura (2004) e Oliveira & Paiva (2004) nos fazem refletir sobre a modalidade EJA a respeito de conhecer realmente as características e objetivos da modalidade de ensino e com referências suas peculiaridades e nos perfis do público alvo, levando-os a compreensão do que deve ter o professor, quanto a sua formação e experiências de trabalho para lida com esses alunados.

Minayo (2001) em suas teorias nos remetem a organização a respeito da pesquisa, o que somadas às outras, reforça-as e complementa - a sem relação às teorias anteriormente citadas.

Para apresentar uma organização na realização desse trabalho e elencado pelos os objetivos propostos e para se ter uma melhor compreensão do todo, o mesmo está estruturada em seis capítulos, contando com o capítulo I, aparte introdutória, na qual esclarece as principais razões teóricas que conduz as mais pertinentes indagações junto à problematização e os objetivos, geral e específico, tipos de abordagem e etapas, técnicas, instrumentos e análises desta investigação.

O segundo delineado como o caminho metodológico, no qual destaca as características, abordagem, o objeto e os instrumentos utilizados na pesquisa. O terceiro enfatiza a função do coordenador na modalidade EJA com proeminência nos desafios deste profissional no clareamento nos problemas que poderá ser identificados na referida modalidade de ensino, buscando um novo conceito, função e identidade do CP, e na certificação à base legal da EJA.

Apresentando uma perspectiva de uma prática diferenciada na atuação do CP, no acompanhamento do processo de elaboração e execução do planejamento ou do plano de aula,

expondo uma visão abrangente de planejamento, de ato de planejar, de plano de aula e de execução junto a uma metodologia adequada à situação presente, assim, se expressa o quarto capítulo. Enquanto no quinto se encontra uma reflexão das análises dos dados referentes aos questionamentos das entrevistas em conexão das respostas dos entrevistados. E Por último, temos o sexto intitulado as considerações de todo trabalho, com vista no que foi desenvolvido ao longo desse estudo.

O Caminho metodológico da pesquisa busca, então, desenvolver a melhor compreensão do foco em estudo, no uso de literaturas de maneiras consistentes na contextualização da situação, onde sejam enquadradas todas as etapas previstas.

Como uma abordagem qualitativa, segundo Minayo (2001), a interpretação assume um foco central, uma vez que: é o ponto de partida – e porque se inicia com as próprias interpretações dos autores; e é o ponto de chegada – porque é a interpretação das interpretações. Nesse cenário a mesma firma que a “metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”, e o caminho a ser percorrido ao longo deste trabalho tem com técnica na primeira etapa da pesquisa os estudos bibliográficos e em seguida a aplicação de uma entrevista semente estruturadas por via de um questionário. E tendo como campo empírico uma escola do município, com modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, onde será desenvolvida a pesquisa. A mesma funciona com duas salas exclusivamente da EJA, da rede municipal.

Sendo de natureza qualitativa buscando uma supervisão do pesquisador em uma relação de método descritivo, documental, comparativo, aplicação, interpretativas. Neste sentido, busca relações às partes envolvidas formando-as num composto de todas as interpretações. Onde as observações serão realizadas na elaboração do planejamento e execução nas salas de aulas, em foco o desenvolvimento procedimental pedagógico do/a professor/a e assim, realizar uma análise das ações desenvolvidas na sala, elevando a uma compreensão da importância tanto do ato de planejar como também na sua execução como fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. A Unidade Escolar João Soares Araújo tem como sujeitos da pesquisa “os quatro professores” na ação de planejar e executar seu planejamento, e assim sendo, a única a oferecer o ensino fundamental na modalidade EJA, onde tem a figura do coordenador pedagógico.

Uma pesquisa de característica qualitativa com articulação de conceitos teóricos, baseados em estudos das obras de autores aos quais apropriaram seus próprios conceitos, segundo Minayo, (2001, p. 22), a pesquisa qualitativa é a aquela que:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

É nessa dinâmica que se busca encontrar resultados das problemáticas e indagações peculiares e bem particulares a unidade de ensino da qual está sendo desenvolvido este trabalho referente aos sujeitos.

Dentre usos dos instrumentos, etapas e técnicas da pesquisa organizados levando em consideração o que se pretende coletar e verificar dá seguinte forma;

- Estudos bibliográficos de obras dos autores, como primeira etapa – com aprofundamento do assunto na fundamentação, como também na concretização dos resultados encontrados.
- Técnica do instrumento - o questionário – que é um instrumento de coleta de dados - a segunda etapa - na aplicação, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador podendo ser questões abertas.
- Análises dos dados - serão feita a partir das informações obtidas, através do resultado das aplicações dos questionários – terceira etapa da pesquisa- em forma de texto descritivo.

Contudo, espera - se alcançar um resultado desejado através das análises dos dados pesquisados, e dele extrair significados, as essências reais para este trabalho.

2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FUNÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

2.1 Um Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma modalidade da educação básica podendo ser oferecida no ensino fundamental e médio de acordo com as necessidades dos estados e municípios, de uma complexidade, pois envolve dimensões que transcendem a questão educacional.

Buscando a sua origem há quem defende seu início deste da colonização dos Jesuítas que se pendurou por muito tempo e assim, chegando até a República, direcionada a catequizar os indígenas adultos levando a eles uma intensa mudança de cultura, por meio da Companhia Missionária de Jesus, com a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira.

Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império. A identidade da educação brasileira sempre foi marcada pelo o interesse elitista que restringia a educação às classes mais opulentas daquela época. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações branca pobre, negras e indígenas assim, ficando foram das escolas a maioria da população, chegando o Brasil em 1920 alcançar índice de 72% de sua população de analfabetos, marca de uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes.

A grande massa da população analfabeta estava composta por (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos). E a partir do Ato Constitucional de 1834, ficando sob a responsabilidade das províncias, mas sem recursos para investir na educação primeiramente das crianças e referente à de jovens e adultos a instrução primária e secundária de todas as pessoas era de caráter missionário e caridoso, Strelhow (2010). O letramento destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas. “Era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 261). A alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade.

A decisão de realmente querer alfabetizar de acordo com Strelhow (2010, p. 11), tomou força;

Em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente. Posteriormente em 1881, a Lei Saraiva corrobora com a idéia da Reforma de Leôncio de Carvalho restringindo o voto às pessoas alfabetizadas. Rui Barbosa, em 1882, postula que “os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios”. Instala-se uma grande onda de preconceito e exclusão da pessoa analfabeta. A frase de Rui Barbosa está carregada de preconceito, pois podemos perceber que há uma desvalorização da criança em considerá-la incapaz e do adulto de reduzi-lo a esta situação de incapacidade.

Provento de alguma organização nas primeiras décadas do século XX é que se deram as mobilizações sociais, a fim de amenizar mal do analfabetismo que assolava o país. Em 1915 criou - se a Liga Brasileira contra o Analfabetismo que pretendia lutar contra a ignorância para estabilizar a grandeza das instituições republicanas. Na Associação Brasileira de Educação (ABE), as discussões giravam em torno de uma luta contra esta calamidade pública que tinha se instalado. O analfabetismo era considerado uma praga que deveria ser exterminada. Em 1934, criou – se o Plano Nacional de Educação que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. Esse foi o primeiro plano na história da educação brasileiro que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adulto.

Foi a partir da década de 40 e com grande força na década de 50 que a educação de jovens e adultos volta a pautar a lista de prioridades necessárias do país. Em 1938 criou - se o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a partir de suas pesquisas e estudos, foi fundando em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário com o objetivo de realizar programas que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945, este fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fosse empregado na educação de adolescentes e adultos.

Com grande avanço nas décadas de 40 e 50 com o surgimento em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo, e em 1947 com um programa, de âmbito nacional, visando atender especificamente às pessoas adultas, com a criação do SEA (Serviço de Educação de Adultos). No fim da década de 50 denominou a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, com métodos pedagógicos utilizados que homogeneizava seus alunos sem a preocupação dos contextos em que estavam inseridos, direcionado por um guia de leituras, que possuíam em seu conteúdo, pequenas frases e textos sobre comportamento moral e com informações sobre saúde, técnicas de trabalho e higiene.

No final da década de 50 e início da década de 60 marcou - se por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos, com vários movimentos sociais surgido nessa época; “Movimento de Educação de Base” (1961- CNBB), Movimento de Cultura

Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal).

Esses programas, eram influenciado pela pedagogia freiriana, identificavam o analfabetismo “não como a causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não - igualitária” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 269). Esses movimentos procuravam reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular, considerando assim, a pessoa alfabetizada uma produtora de conhecimento. Com a grande repercussão desses movimentos de alfabetização popular, Paulo Freire foi indicado para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação. No entanto, com o Golpe Militar em 31 de março de 1964, esse plano não foi desenvolvido.

Na vivencia do Golpe Militar de 1964, com o militarismo, os programas que visavam à constituição de uma transformação social foram cancelados com proibição a apreensão de materiais, e detenção de exílio aos seus dirigentes, e prevalece nesse período uma educação de modo à homogeneização e controle das pessoas.

Criou – se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1967, com o objetivo de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada, e que terminou em 1985. É na Nova Republica que pela primeira vez explicitar legalmente os direitos dos cidadãos que não foram escolarizados na idade certa, como descreve Oliveira (2007, p. 4):

O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, • II – universalização do atendimento escola.

Em 1988 a nova constituição reforça o que está assegurado na constituição anterior, e prevê que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo em 1996, reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. De acordo com a LDBEN, é determinado o Plano Nacional de Educação que seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, e com base na LDBEN constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino na seção V, os artigos 37 e 38 e através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se ainda o direito a jovens, adultos e idosos à educação adequada às suas

necessidades peculiares de estudo e ao poder público com o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos.

Vários programas surgiram ao fim do século XX ao início das primeiras décadas do século XXI, a Fundação Educar extinta em 1990 no governo Collor, ainda na década de 90, podemos destacar o Movimento de Alfabetização (Mova), que procurava trabalhar a alfabetização a partir do contexto sócio-econômico das pessoas alfabetizadas, tornando-as co-participantes de seu processo de aprendizagem. Somente em 1996, surge novamente um programa nacional de alfabetização promovido pelo governo federal. Em 1998, o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), com o objetivo de atender às populações situadas nas áreas de assentamento.

Em 2003, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, que no início tinha característica de mais uma campanha, com ênfase no trabalho voluntário, prevendo erradicar o analfabetismo em 4 anos, tendo uma atuação sobre 20 milhões de pessoas. No entanto, em 2004, com a mudança do Ministro da Educação, o programa foi reformulado, retirando-se a meta de erradicar o analfabetismo de 4 anos e a duração dos projetos de alfabetização em dois meses, depois ampliado para quatro meses e chegando até oito meses.

Os municípios passaram a assumir a da educação de jovens e adultos na modalidade do ensino fundamental tanto nos anos iniciais como nos anos finais, mas mesmo assim, o Brasil ainda se encontra com o índice muito alto de analfabetos, portanto, o analfabetismo ainda é uma situação de desigualdade social, sendo um fator de injustiça com aqueles que se encontra a essa margem.

2.2 Uma Visão da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, que visa oferecer oportunidade de estudos às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade desse ensino na idade própria, assim como, prepará-los para o mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. A oferta de cursos aos jovens e adultos proporciona oportunidade educacional apropriada, considerando as características do aluno, seus interesses, condição de vida e trabalho.

Na EJA deve – se atribuir os mesmos princípios e finalidades do ensino fundamental regular, haja visto, com os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, bem como os princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade, do respeito à ordem democrática e

também com os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da diversidade de manifestações artística e cultural. (BRASIL, PNE, 2014).

É uma modalidade de ensino realizada no seio daqueles que mais necessitam: jovens, adultos e idosos. Estes precisam ter conhecimentos da realidade de cada um e respeito mútuo, além de buscar sempre uma forma de se trabalhar, que para Knowles (1970, p.17) descreveu a respeito da andragogia, com uma arte ou ciência que estuda as melhores práticas para orientar adultos a aprender, considerando a experiência como fonte mais rica de aprendizagem para adultos.

Na priorização da motivação com os alunos visto que, depois eles aprendem, conforme as experiências vivenciadas, suas limitações, necessidades e interesses. Então, é um processo do processo educacional que busca compreender tanto o jovem como o adulto, e o idoso orientando-os na aprendizagem para a resolução de problemas e tarefas com que se confronta na sua vida cotidiana, visando potencializar habilidades e competências.

Enquanto Dantas (2009, p.03) coloca que a:

Andragogia é a arte de ensinar aos adultos, que não são aprendizes sem experiência, pois o conhecimento vem da realidade (escola da vida). O aprendizado é factível e aplicável. Esse aluno busca desafios e soluções de problemas, que farão diferenças em suas vidas. Busca na realidade acadêmica realização tanto profissional como pessoal, e aprende melhor quando o assunto é de valor imediato. O aluno adulto aprende com seus próprios erros e acertos e tem imediata consciência do que não sabe e o quanto a falta de conhecimento o prejudica. Precisamos ter a capacidade de compreender que na educação dos adultos o currículo deve ser estabelecido em função da necessidade dos estudantes, pois são indivíduos independentes auto direcionados.

A andragogia, enquanto modelo para a Educação de Jovens e Adultos é caracterizada pela participação dos alunos, pela flexibilidade, pelo foco no processo, atendendo as especificidades de cada educando, ao invés da ênfase no conteúdo com metodologia e organização voltadas para um currículo rígido. Nesse modelo, a participação dos alunos poderá ocorrer nas diversas fases do processo de ensino - aprendizagem como diagnóstico das necessidades educativas, elaboração de plano, estabelecimento de objetivos, a partir do diagnóstico e formas de avaliação. O professor deve ser considerado um facilitador, e como tal, sua relação com os alunos é primordial para o ensino aprendizagem, tendo como principal característica o diálogo, o respeito, a colaboração e a confiança.

O clima que propícia para a aprendizagem, segundo o modelo andragógico, tem como características o conforto, a informalidade e o respeito, garantindo assim que o aluno se sinta seguro e confiante, Dantas (2009).

Os seres humanos são indivíduos sensíveis a estímulos de natureza externa, mas são os fatores de ordem interna como satisfação, autoestima, qualidade de vida, entre outra, é que motivam os adultos para a aprendizagem. Com base em um processo de ensinar o jovem e o adulto em aprender a fazer a leitura do mundo que rodeio e transformar a realidade a uma situação de um mundo melhor.

Fundamentada no método andragógico, a Educação de Jovens e Adultos, apresenta diferenciação baseado na aplicabilidade do conhecimento e do método de ensinar, pois, deve - se ter como suporte os seguintes princípios:

- 1) a necessidade em saber a finalidade, o “porquê” de certos conteúdos e aprendizagens;
- 2) a facilidade em aprender pela experiência;
- 3) a percepção sobre a aprendizagem como resolução de problemas;
- 4) a motivação para aprender é maior se for interna (necessidade individual) e se o conteúdo a ser aprendido for de aplicação imediata e as experiências trazidas pelos educandos. (KNOWLES, 1970).

E no entendimento da complexidade do processo educativo, vivendo a segunda década do terceiro milênio, e ainda conta-se com uma enorme parcela da população que não teve ou não tem acesso à educação, devido a vários fatores como sócio - econômico - político, o que obstaculariza o acesso ao conhecimento, ressalta Dantas (2009). E, por vista a esses motivos, entre outros, o índice de analfabetismo é altíssimos na população brasileira chegando aproximadamente no percentual de 8,3% totalizando uma média de 13 milhões de pessoas de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2007/2014).

Tornando a democratização dessa modalidade a nível nacional na sua universalização do ensino implica, acima de tudo, garantir a todos os jovens, adultos e idosos não só acesso à escola, mas também a permanência e aprendizagem sejam mulheres, indígenas, afrodescendentes, de outras etnias ou pessoas com deficiência, uma oportunidade de domínio do saber socialmente produzido, a fim de cumprir um direito assegurado a todos e cabe ao Estado de direito desenvolvê-lo através de sua política educacional. Uma vez, no Brasil, quanto os estados e municípios, a insuficiência e precariedade no atendimento da EJA tem produzindo ao longo dos anos, uma quantidade significativa dessa população de jovens, adultos e idosos, onde muitos não tiveram a oportunidade e outros não conseguiram concluir a escolaridade obrigatória (BRASIL, PNE, 2014). Sendo expressivo o número de pessoas com 15 anos ou mais fora da escola e assim, constituindo um contingente de analfabetos ou subescolarizados em sociedade.

2.3 Base Legal da EJA

A Educação de Jovens e Adultos seus aspectos legais estão pautados de acordo com a Constituição Federal de 1988 no seu art. 208, e na LDBEN - Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, no seu art. 4º, ambas afirmam que é dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009), e no inciso VI assegura a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

E na LDBEN nº 9.394/96, art. 4º, nos incisos, VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas as suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definido como a variedade e quantidade mínima, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, (BRASIL, 2014). Ambos enfatizam muito bem a obrigatoriedade e garantia da educação, neste contexto, fica clara a modalidade EJA, cabendo a escola junto com toda equipe a garantia de aprendizagem. E no seu art.32, delega o ensino fundamental sua obrigatoriedade e gratuidade nas escolas pública, com o principal objetivo a formação básica do cidadão, e nesse cenário está inserida a EJA na prevalência do atendimento das seguintes proposições.

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p. 22, Ed.10, 2014)

Ainda na LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº 9394/96, no título V, dos níveis e modalidade de educação e ensino, no capítulo II da educação básica, seção V, consta dois artigos relacionados, especificamente a EJA:

Art.37- A educação de jovens e adultos seu destinado aqueles que não tiveram acesso em continuidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º (Inciso primeiro) – Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§2º (Inciso segundo) – O poder público viabilizará e estimulará o acesso à permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º - Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: No nível de inclusão do ensino fundamental, para os níveis de quinze anos. II. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§2º - Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, p. 36)

Como também, o parecer do CNE/CEB, nº. 11/2000, que aborda a questão da denominação "Ensino de jovens e adultos" e "Ensino supletivo", define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos, define a competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação. E nos estabelecimentos penais as Diretrizes Nacionais para oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade.

A Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE) – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a oferta dessa modalidade de ensino deve considerar: - as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar no seu art.5º que:

I – quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II – quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III – quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (BRASIL, CNE/CEB, 2000, p.02)

Ainda esta Resolução n.º 1, de 5 de julho de 2000, do CNE/CEB, no seu art. 17, define que a formação inicial e continuada de profissionais para a educação de jovens e adultos e fazendo referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental

e para o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, trazem consigo os seguintes requisitos:

- I. Ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III. Desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;
- IV. Utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem. (BRASIL, 2000, P.03).

E na Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, e dá outras providências, na meta nove, com doze estratégias, a Lei nº 10.099/14, do Plano Estadual de Educação do Maranhão, o PEE na meta dez, com a 20 estratégias, e a Lei Municipal nº 225/15, do Plano Municipal de Educação de Bom Lugar- MA, ambos asseguram e garantem o ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram e enfatizam a erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos, como ponto de partida e inerente a essa etapa do ensino fundamental. Então, é neste cenário que se encontra o PME de Bom Lugar com treze estratégias. A fim de garantir o cumprimento da meta dez até fim da vigência deste plano:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,1% até 2020 e, até o final da vigência deste PME, reduzir o analfabetismo absoluto e a taxa de analfabetismo funcional em 50%, (BRASIL, 2014).

Cabe destacar que, para nestes documentos, o processo de alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos de cultura letrada, das operações matemáticas elementares e de evolução histórica de sociedade humana. Sendo a EJA, contemplada nas três esferas¹ com suas metas e estratégias todas voltadas para uma subtração do índice de analfabetismo, sejam absoluto ou funcional referente à população com quinze ou mais anos de idade. Em ambas as metas, tanto no PNE (Lei nº 13.005/2014), PEE (Lei nº 10.099/2014) e PME (Lei nº 225/2014) trazem no seu núcleo a elevação da taxa de alfabetização da população com quinze ou mais anos de idade até o período de vigências dos referidos planos, todos encaminhados para uma redução da mesma, e em uma erradicação do analfabetismo absoluta se tratando do PNE. Pois, o mesmo destaca no art. 2º as seguintes diretrizes:

¹ Referente à divisão política dos pais em união, estados e municipais. E pode ser entendida como nacional estadual e municipal.

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos (as) profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, PNE, 2014).

Ao observarmos as diretrizes do PNE, emerge a esperança que ao se cumprir muitas injustiças, serão reparadas na vida de muitos brasileiros e isso leva cada cidadão a uma visão de se ter o Brasil melhor com um processo educativo voltado a população carente. E quanto à assertiva da meta nove temos o seguinte:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, PNE, 2014).

Quanto às doze estratégias todas estão voltadas para o alcance desta meta, contudo, pode afirmar que em paralelo estão o PEE e o PME, alinhados nas mesmas diretrizes, metas e estratégias do PNE.

2.4 A Função do Coordenador Pedagógico na EJA.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade do ensino fundamental proveniente de uma demanda de vários fatores que leva esta modalidade a um processo educacional, bem mais fragilizada, levando em consideração a educação infantil e o ensino fundamental regular, onde a carência de profissionais qualificados na área é muito grande, e referido a este município não existem profissionais qualificados que atuem nesta modalidade. Uma vez que, os alunos dessa modalidade trazem na bagagem um repertório de exclusão referente a sua vida escolar e por diversos mecanismos do convívio social, sendo, um discente com sua visão de mundo acentuada, e às vezes revoltado por não ter tido oportunidade como os demais da sociedade, outros com grau bem elevado de preconceitos, desvalorizando a vida, enfim são muitos problemas. E o professor, o sujeito mais próximo do aluno na escola, muitas

vezes, por falta de experiência ou mesmo de uma formação mais adequada vem contribuindo para o elevado índice de alunos que iniciam, mas não concluem seus estudos. Tendo em vista, justamente o que aponta Oliveira e Paiva (2004, p. 105):

Um dos principais problemas que se apresentam ao trabalho na EJA refere-se ao fato de que, não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordagem dos mesmos seguem as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular.

Entremeio, os desafios do coordenador pedagógico podem ser vários, pois se encontra uma diversidade de situações inerente ao professor e ao aluno, haja vista, na equipe gestora a necessidade de incorporar o profissional coordenador pedagógico específico para a EJA, como relevância no processo ensino-aprendizagem, onde o mesmo poderá desenvolver um trabalho pedagógico direcionado a referida modalidade, contribuindo assim, para uma formação ampla e específica aos alunos da EJA, como ressalta Oliveira e Paiva (2004, p. 41), que *“educar Jovens e adultos, em última instância, não se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais”*.

Mas se acredita que ao longo de todo o processo implique para uma melhoria na qualidade do ensino, no desenvolvimento das atividades do docente, no respeito à diversidade e especificidades dos alunos da EJA, primando o ensino – aprendizagem na perspectiva da melhor utilização do processo na qualidade educacional, trazendo consigo a transformação do sujeito para um cidadão mais consciente dos seus direitos e deveres diante da sociedade do qual está inserida.

Paralelo a essa parcela da população que se enquadra as condições dos alunados EJA, tem-se um mundo passando por uma grande transformação, marcada por um sistema chamado de globalização e por mudanças fomentadas por uma época tecnológica, denominando um tempo moderno de informação e comunicação que no qual também estão inseridos. E é neste quadro inovação de tecnologia globalizada a vida do cidadão necessita fundamentalmente de dois princípios básicos, o domínio de códigos da leitura e da escrita, afim de, se elevar a um sujeito ético, outorgado aos domínios dos códigos da nova era, e das ferramentas, que sempre foi e é de fundamental importância para o homem da atualidade.

Então, ao auxílio do processo educativo no propósito de formação desse novo cidadão, o coordenador é um elemento primordial na função de construir um trabalho consistente e consciente voltado às características e as peculiaridades da modalidade EJA, uma vez que, Gadotti e Romão (2007, p.120), afirmam que

O jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador, mesmo estando em condição de subemprego ou mesmo desemprego. Deve-se levar em conta a diversidade deste grupo social (...) requer pluralismo, tolerância e solidariedade na sua promoção, na oportunidade de espaço e na alocação de recursos. Esta população chega à escola com um saber próprio elaborado a partir de suas relações sociais e seus mecanismos de sobrevivência.

Ao observar o que expressa o texto acima o coordenador pedagógico que trabalha com a modalidade EJA deve apresentar uma maestria de trabalho com muita responsabilidade de mobilizar e sensibilizar os professores da unidade de ensino da importância do planejamento no ato de planejar e executar, voltados para a superação das dificuldades do ensino-aprendizagem e na melhoria das práticas pedagógicas tornando um desafio no trabalho de coordenar pedagogicamente nesse novo modelo de gestão, onde o gestor, coordenador pedagógico, professor, pais e alunos ambos tenham conhecimento da realidade situacional da instituição e que possam participar do planejamento da escola e conseqüentemente do planejamento do professor que conheça claramente os objetivos e metas que tanto a escola quanto professor deseja alcançá-los, pautada, sobretudo, na dialética do diálogo e assim, dando vida a uma gestão coletiva e participativa ao mesmo tempo.

Contudo, concordando com Gadotti e Romão (2007), pois se faz necessária a uma nova dinâmica na realização de um fazer pedagógico diferente acreditando na dialética do diálogo para procedimentos metodológicos diferenciadas como possibilidade de um serviço de transformação, ruptura e inovação. Diante dessa conjuntura, a modalidade EJA é muito carente de profissionais com perfil coerente para enfrentar as situações que surgem no cotidiano, necessitando - os de qualificação que possa ajudar na formação dos discentes, os mesmos são muito desprovidos das justiça sociais deixando-lhe às margens do conhecimento geral.

Todavia, são necessários professores com capacidade de promover a EJA e com uma melhor qualidade educativa. Neste primor, considera-se o que relatou Barcelos (2006, p.89):

A EJA pode ser uma maneira a mais de fazermos um pouco de justiça ao imenso contingente de homens e mulheres que neste país foram alijados do processo educativo. Alijamento este que, sem dúvida, teve um papel decisivo na história de vida destas pessoas e, em consequência, no alto grau de injustiça social e de exclusão em que hoje vivem milhões de brasileiros e brasileiras. De outro lado, não se trata apenas de cumprimento de uma obrigação formal de fazer uma “reparação de danos”, até porque alguns são irreparáveis. Contudo, trata-se sim de estabelecer uma relação de fraternidade e solidariedade com estas pessoas que não só foram privadas de aprender a ler e a escrever como tiveram sonhada de si uma dimensão importante de suas vidas, que é, segundo Rousseau, o direito ao “segundo nascimento”: o nascimento para a cultura através do direito de estudar na escola.

Então é preciso pensar melhor nos profissionais que atendem a esta população a respeito da formação de cada um, referente ao diretor, coordenador pedagógico, professor e demais servidores da comunidade escolar todos precisam estar preparados para atuarem em suas devidas funções a fim de mudar a realidade desses jovens e adultos e fazer com que eles tenham aquilo que, de alguma forma, um dia foi lhes negado.

2.5 Uma Visão Atualizada do Coordenador Pedagógico: conceitos e atribuições.

No reconhecimento da importância do coordenador foi se delegando o seu lugar dentro da escola, e com isso, atribuindo a sua figura uma relevante qualidade no seu trabalho junto à equipe gestora, onde vários conceitos são atribuídos ao coordenador pedagógico.

Na busca do novo perfil de conceito, função e identidade do Coordenador Pedagógico é entendido ressaltar a sua construção histórica, pois delega-se sua raiz advindo de outra profissão a supervisão, segundo Vasconcellos (2007) a “redefinição da atuação do referido profissional, pois suas funções e sua imagem continuam associadas à do supervisor pedagógico”.

Quanto à nomenclatura do profissional coordenador pedagógico ganhou importância a partir da década de 80, segundo Venas (2012), “anos de interface da macro-política na micro-realidade com um aprofundamento da crise econômica, os altos índices de inflação e o aumento da dívida externa”, que levou o Brasil a realizar empréstimo com o Fundo Monetário Internacional – FMI entre as condições para efetuação deste empréstimo estava o interesse, que segundo Venas (2012), “definir conceitos analíticos e oferecer serviço de suporte técnico na confecção de planejamento de políticas para a educação, induzindo, setorialmente, o ritmo e a direção almejada, e subordinando-as à racionalidade dos procedimentos econômicos”.

Com as mudanças educacionais ocorridas deste a década de 80 se concretizando fortemente nos anos 90, a função do supervisor escolar não era coerente com os desejados objetivos educacionais para a qualidade que se pretendia. Observando o que ressalta a citação;

Apesar de continuar amparada na lei no. 5.692/71, a nomenclatura de supervisor pedagógico começa a entrar em desuso, sendo utilizada, em seu lugar, a denominação de coordenador pedagógico, situação esta que somente será mais claramente definida a partir dos anos 90, com o advento da Lei no. 9394/96. (VENAS, 2012, P. 07).

Relacionado aos significados das palavras “conceito”, “função” e “identidade” o coordenador pedagógico, foi realmente segurada deste da década de 90 e está caracterizado a um elemento que vem contribuindo com suas ideias ou opiniões sobre algo na função de desempenho ou realização de seu ofício, tornando suas atividades uma elevação de identificação ao profissional que se constrói nas relações de seu trabalho e das expectativas do outro que tem em relação ao seu perfil, pois, o coordenador pedagógico é parte de um profissional entendido e consciente do seu dever na área pedagógica para coordenar e ser capaz de promover as mudanças no processo educacional na qualificação da prática docente.

Sendo este o personagem de mediação na conjuntura de desenvolvimento relacionado à formação de professores, e na articulação e transformação de todo manejo do processo educativo numa unidade escolar. Todavia, é de praxe que esse coordenador use seu tempo para atividades que nem sempre têm a ver com o pedagógico, sendo na realidade deslocado de sua função e atribuído a ele outras atividades que na verdade não é de sua competência técnica.

É nesse contexto de desvio de funções que vários significados vão se denominando a cada atividade que exerce na escola como relata Lima & Santos (2007, p. 79):

Várias metáforas são construídas sintetizando o seu papel e função na escola com distintas rotulações ou imagens, dentre elas, a de “*bom - bril*” (mil e uma utilidades), a de “*bombeiro*” (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de “*salvador da escola*” (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos). Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das “emergências” que lá ocorrem, isto é, como um personagem “resolve tudo” e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola.

Neste contexto, o coordenador deixa de exercer sua principal função no campo educacional e passa a atuar em outras atividades, que não fazem parte do campo de atuação, permanecendo numa rotina de improviso de suas atividades, sendo conduzidos por ações mecânicas, emergenciais, superficiais, baseadas na razoabilidade dando o “jeitinho” para os acontecimentos que irão surgindo muito coerente. Lima & Santos et al (2007, p. 82), dizem que o coordenador não tem conhecimento de sua função:

[...] o coordenador não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é o seu grupo de professores e quais as suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar. Ou só critica, e não instrumentaliza. Ou só cobra, mas não orienta.

Era nesta contradição que se pautava o trabalho do profissional, por sua vez, destinado para realizar os serviços pedagógicos das instituições escolares. Atualmente esta personagem vem e tem tomando a diferente forma de desenvolver seu trabalho, a partir de uma nova concepção de sua prática em uma estruturação de organização e funcionamento mais coerente com a figura do personagem que é a do coordenador pedagógico.

Então, é juntamente com essa mudança que se percebe a importância do coordenador pedagógico dentro da coordenação agindo como um formador, articulador e transformador de todo trabalho pedagógico, envolvendo o docente e o discente no processo de ensino - aprendizagem, hoje muito diferente do ponto de vista de outrora como publicou Augusto (2006, p. 01):

Muito antes de ganhar esse status, já povoava o imaginário da escola sob as mais estranhas caricaturas. Às vezes, atuava como fiscal alguém que checava o que ocorria em sala de aula e normatizava o que podia ou não ser feito. Pouco sabia de ensino e não conhecia os reais problemas da sala de aula e da instituição. Obviamente, não era bem aceito na sala dos professores como alguém confiável para compartilhar experiências. Outra imagem recorrente desse velho coordenador é a de atendente. Sem um campo específico de atuação, responde às emergências, apaga focos de incêndios e apazigua os ânimos de professores, alunos e pais. Engolido pelo cotidiano, não consegue construir uma experiência no campo pedagógico. Em ocasiões esporádicas, ele explica as causas da agressividade de uma criança ou as dificuldades de aprendizagem de uma turma.

Um perfil de um profissional ultrapassado para esse novo contexto no cenário educacional, advindo de um intenso processo de mudanças originadas pelas relações sociais neoliberalistas² redefine o papel da educação e da escola, conseqüentemente interferem na organização do trabalho escolar, mais especificamente nos papéis desempenhados pelos profissionais da educação no interior da escola. E essas "transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, em consequência dos processos de globalização, afetam a sociedade". (FERREIRA, 1998, apud BORSSOI, 2008) Com isso, essa "estranha caricatura" Augusto (2006), ganha uma nova nomenclatura referente à sua figura, de um profissional que desenvolvem o pedagógico nas instituições escolares, como **coordenador pedagógico** ou **professor coordenador pedagógico**. No entanto, ainda muitas instituições escolares ele é chamando de "supervisor, orientador e/ou inspetor", (BORSSOI, 2008).

² O termo é originado da palavra Neoliberalismo, Sobre o Neoliberalismo Teixeira (1998) esclarece que: "O neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, nos principais países do mundo do capitalismo maduro. Nasceu como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado, que passou a se constituir, desde então, na principal força estruturadora do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social (p.195). Neste sentido, o neoliberalismo ganha terreno no período da crise do capital, logo após a década de 1970, como uma reação ao Estado intervencionista no propósito de reduzir as altas taxas de inflação.

É nesse novo contexto de uma sociedade moderna e democrática, na busca de melhoria na qualidade educacional que o coordenador, pode e deve desenvolver todo o seu fazer pedagógico no tocante aos campos das ações de articulação, formação e transformação, aliás, são nessas dimensões, que se conjunta todas as necessidades dos professores, alunos e escola.

No desenvolver dessas dimensões citadas, a sua função é de mediador (Vasconcellos, 2006), consciente de que o seu trabalho requer mudanças significativas a cada momento de operacionalização, no compromisso com o processo pedagógico. Para que isso aconteça com maior produtividade é necessário que haja parceria entre os profissionais da escola, ou seja, um trabalho coletivo.

E nessa conjuntura atual a função do coordenador pedagógico mostra-se bem mais centralizada do que o anterior “o faz tudo” exigido hoje um profissional formado na área pedagógica com nível superior, consciente do verdadeiro ofício conhecedor da denominação “coordenador” aquele que sensibiliza geral, as ações de formação e transformação no manejo da articulação, junto ao coletivo da escola.

Nessa perspectiva Libâneo (2004, p.229) faz citações de algumas atribuições que o coordenador deve e pode desenvolver para a efetivação da formação docente relevante ao seu trabalho em serviço, tais como: prestar assistência pedagógico-didática aos professores; coordenar grupos de estudo; supervisionar e dinamizar o projeto pedagógico como referência de formação continuada; trazer propostas inovadoras para utilização de novos recursos tecnológicos e midiáticos, entre outros. Podendo ser desenvolvidos num objetivo de assegurar a permanência dos discentes na instituição e na garantia do bom êxito na aprendizagem.

É no desempenho de sua função e nas relações de seu trabalho que o profissional vai construindo uma identidade, onde se constitui na somatória da figura representativa que o profissional tem de si mesmo, das atividades que toma para si no seu cotidiano e que nesse princípio seu personagem passa a ter nomes, e do ponto de vista de um e de outro são diferentes e às vezes, sempre com o mesmo significado, surgem vários conceitos associados a esse profissional “o coordenador pedagógico”.

Mercado (2014, p. 03) conceitua o coordenador pedagógico como um “agente” de transformação no cotidiano escolar, responsável pela construção e reconstrução da ação pedagógica, com vistas à construção e articulação de um trabalho coletivo. Ou seja, para a autora, a principal função do coordenador pedagógico é mobilizar os saberes dos profissionais que trabalham na unidade de ensino e pautado neles, conduzir os alunos ao aprendizado.

Na mesma linha de raciocínio, Lima & Santos (2007, p.83) colocam o coordenador “como ator social, agente facilitador e problematizador do papel docente no âmbito da formação continuada, primando pelas intervenções e encaminhamentos mais viáveis ao processo ensino-aprendizagem”. E Libâneo (2001), é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais.

O coordenador pedagógico com diversos adjetivos delineando sua função e se colocando como um profissional importante dentro de uma instituição de ensino na execução de suas ações, onde pode até haver desvios, mas já está bem direcionado o que realmente é a função deste servidor no foco de reflexão e flexibilização no desenvolvimento de suas atividades, coerente com as dimensões formação, articulação e transformação ficando assim, tudo relacionado ao pedagógico no que diz respeito professor/alunos/escola/pais.

Vasconcellos (2008, p. 05) explicita que no Jornal do Professor caracteriza o coordenador como um intelectual orgânico a luz do seu horizonte.

O horizonte que vislumbro para o coordenador pedagógico é o do intelectual orgânico, qual seja aquele que está atento à realidade, que é competente para localizar os temas geradores (questões, contradições, necessidades, desejos) do grupo, organizá-los e devolvê-los como um desafio para o coletivo, ajudando na tomada de consciência e na busca conjunta de formas de enfrentamento. O intelectual orgânico é aquele que tem um projeto assumido conscientemente e, pautado nele, é capaz de despertar, de mobilizar as pessoas para a mudança e fazer junto o percurso. Em grandes linhas cabe ao coordenador fazer com sua “classe” (os seus professores) a mesma linha de mediação que os professores devem fazer em sala: acolher, provocar, subsidiar e interagir.

O coordenador, portanto, deve ser um profissional competente, organizado, disponível e atento aos desafios e consciente da sua função para saber enfrentar cada situação que possa surgir, com o seu projeto elaborado referente às peculiaridades a cerca da unidade.

No entanto, muitos conceitos são outorgados à pessoa do coordenador, como professor, educador, mediador, agente, ator, elo, elemento entre outros tantos, mas todos estão envolvidos com o processo pedagógico das instituições educativas, no que faz referência às ações desenvolvidas com os professores e a alunos na dimensão de um formador/articulador/transformador. Nessa conjuntura se constitui a função desse profissional.

Por efeito, lamentavelmente, ainda não é um cargo e sim uma função exercida por um professor, no qual seria o ideal de formação pedagógica ou especialista em educação.

Nesse contexto, Piletti (1998, p. 125) esclarece que o trabalho do coordenador pedagógico deve ser voltado para quatro dimensões:

- a)acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

No entanto, percebe-se que nas dimensões supracitadas de Piletti (1998), todas está voltado para uma articulação do trabalho pedagógico, envolvendo tanto os professores quanto os alunos, o que não se ausenta do atual momento dessa conjuntura político-social vigente. E que pode existir nesse contexto educacional a consistência de uma apropriação da cultura social, interferindo na natureza a transformação de suas próprias condições de existência, afinal, é através do conhecimento que o educando atualiza sua história e a sua cultura, enfim, interfere na formação de si próprio e de outrem, como ser social e político, sempre.

Sendo o coordenador, um educador nato e que lidera o processo pedagógico no espaço institucional educativo, entende - se que um dos requisitos é saber mediar às relações com todos os membros da comunidade escolar, levando em considerações as evidências que surgirão ao longo do processo, e tendo como base o diálogo, além de “tornar o conhecimento didático (como eixo central) e a reflexão sobre a prática como caminhos da teorização do trabalho a ser desenvolvido cotidianamente com os professores” afirmam Amado e Monteiro (2012) apud Barros & Eugenio, (2014, p. 03).

E ainda acrescentam Barros & Eugenio (2014), que é preciso assegurar aos professores condições para que sigam aprendendo no seu exercício profissional, dando-lhes condição para o exercício de uma educação consciente das necessidades atuais dos alunos que estudam a escola, e essa função caberá ao coordenador. Ibid (p. 04) apontam que a “presença do coordenador pedagógico está para compartilhar essas dificuldades”, e que pode ajudar aos professores, dando-lhes segurança de que não estão sozinhos, auxilia na articulação de toda equipe escolar, proporcionando uma formação eficaz, onde juntos todos possam buscar solução para processo educacional, visando, sobremaneira, êxito no ensino e na aprendizagem dos discentes.

Cabe destacar que Almeida (2001, p. 22) trata de atribuir ao coordenador pedagógico às seguintes atividades:

Mediar o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. Essa atividade mediadora se dá na direção da transformação quando o coordenador considera o

saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como criar condições para questionar essa prática e disponibiliza recursos para modificá-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões.

Observamos entre as múltiplas dimensões do coordenador, a de “mediador, transformador e formador”, Almeida (2011), está direcionado para a atuação com os docentes numa relação dialética e crítica, construindo ações que viabilizam caminhos na possibilidade de providenciar diversos meios, recursos para uma mudança da prática educativa, ou seja, direcionando através do suporte técnico pedagógico a uma consubstancialização das ações desenvolvidas.

Nessa perspectiva, Souza (2001) afirma que o trabalho liderado pelo coordenador pedagógico de grupo, para ter coerência, precisa possibilitar uma atividade coletiva rumo à superação das fragmentações, comuns nas escolas. Segundo Almeida (2003) apud Barros & Eugenio (2014, p.04), “o cotidiano do coordenador pedagógico é marcado por experiências e eventos que o levam, com frequência, a uma atuação desordenada, ansiosa, imediatista e irracional, às vezes até frenética”.

Ao vivenciar esse novo contexto social, econômico e político, o perfil do coordenador esta se redirecionando, havendo uma nova ressignificação e uma reconstrução da identidade desses profissionais, como observa Oliveira (2010, p.23) que:

A função do coordenador pedagógico é nova, os debates em torno do tema “educação” não o são: carregam concepções e referenciais articulados a práticas sociais vivenciadas, discutir a identidade do coordenador pedagógico e a ordenação política que ele consegue dar ao cotidiano da escola a partir desse delineamento não só de sua identidade, bem como da delimitação de seu papel, com foco na sua ação coordenadora e na forma como logra desempenhar sua função, pode significar rever posições, resgatar experiências.

Com base o exposto é importante que o coordenador tenha o seu papel direcionando a área de sua atuação, assim sendo, precisa ter clareza de suas metas e objetivos e, além disso, constituir um espaço de autonomia profissional que propicie a realização de um bom trabalho, entretanto, o de formador, pois, Placco, Almeida & Souza, (2011, p. 230), descrevem que o coordenador pedagógico em sua função de formador compete:

Oferecer condições ao professor para que aprofunde sua área específica e trabalhe bem com ela, ou seja, transforme seu conhecimento específico em ensino. Importa então destacar dois dos principais compromissos do CP: com uma formação que represente o projeto escolar [...] e com a promoção do desenvolvimento dos professores. Imbricados no papel formativo, estão os papéis de articulador e transformador.

Portanto, nesta situação faz - se necessário que coordenadores desenvolvam uma relação de proximidade, a fim de estabelecer uma conexão entre as atividades de formação, articulação e de transformação, há que desenvolvem no ambiente escolar junto a toda comunidade, e assim, caracterizado sua função e identidade nessas três dimensões. Uma vez enfatizada por Garrido (2007, p. 9), como, funções formadora, articuladora e transformadora, junto ao um trabalho coletivo, com ações práticas do trabalho dos docentes fundamentadas em teorias, buscando articular o processo de ensino ao de aprendizagem, como também, introduzindo sua responsabilidade como educador, na ajuda aos professores, oportunizando a sincronia no trabalho em conjunto.

3. OS DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO NA EJA

Na busca de uma perspectiva de uma prática diferenciada para melhoria da qualidade da educação, é que esse trabalho vem se delinear um caminho no processo educacional a fim de compreender e orientar os jovens e adultos a um resultado no aprendizado que satisfaça nas resoluções dos problemas e nas tarefas com a qual venha enfrentar na luta da vida do seu dia a dia, numa visão de potencializar habilidades e competências, assim, fazendo jus o que relata Paulo Freire (1984) ao ensinar os adultos, trata-se de ensinar ele aprender a ler a realidade e transformá-la, assim, procurando em termos uma Educação de Jovens e Adultos que contemple o modelo andragógico, que faça distinções do modelo anterior, com aplicabilidade coerente com a realidade dos educandos pautados nos princípios dos quais citados no capítulo anterior.

Nesse sentido, cabe o coordenador pedagógico está atento para mediar, orientar e organizar junto os professores momentos de discussões, pois sabemos também que grandes serão as discussões sobre a importância relacionada ao desenvolvimento cognitivo do educando, mas deve se ter como objetivo a ampliação de todos os fatores que ajuda na formação do educando, como base para a melhoria da prática do professor no ato de ensino que cabe como desafio do coordenador realizar um trabalho que venha contribuir com o professor, construir suas boas práticas pedagógicas para ensinar. E se tratando de boas práticas pedagógicas, Moura (2004, p.168), salienta a Vygotsky, que é:

Através do ‘bom ensino’, o professor desafia o nível em que o sujeito está, não desrespeitando seus conhecimentos e experiências anteriores, mas tendo o olhar para o futuro, para as capacidades que desenvolverá [...]; bom ensino que se dá numa escola constituída como um espaço privilegiado para desencadear o processo de aprendizagem do aluno em que o professor adquire importância, destaque e relevo.

É nesse novo olhar para realidade é que se deve unir esforço para realizar um ensino de qualidade junto a todos e que se desenvolva a boa prática pedagógica, para que se tenha melhor êxito com os educandos. Segundo (FREIRE, 2006), em se referindo às “boas práticas pedagógicas” (apud a Bezerra, 2009), diz que são construídas através de experiências significativas proporcionadas aos alunos, com grandes repercussões, porque ensejam na aprendizagem de leitura e de escrita, a dizer a sua palavra e a fazer sua leitura de mundo. Uma vez que, na construção de boas práticas pedagógicas na escola, o coordenador pedagógico

também deve ter um papel relevante, o de orientar na prática do professor e na construção do projeto pedagógico da escola, perspectivando a qualidade social da educação da qual está sendo oferecida, Bezerra (2009).

Neste sentido cabe atribuir ao coordenador pedagógico, capacidade de articular todos os arranjos com a apresentação de ideias, orientação na elaboração do plano de aula e auxiliar com ferramentas metodológicas na execução da aula.

E se tratando do educando a fim de se ter boas práticas pedagógicas, pode se levar em considerações muitos aspectos pertinentes para o processo de ensino e de aprendizagem, principalmente referentes a jovens e adultos, como por exemplo: os saberes que envolvem um conjunto de situações vivenciadas, adquiridas ao longo da vida e que contribuem na formação do indivíduo, pois, todos têm saberes próprios de acordo com suas experiências e estes devem ser articulados ao saber formal, favorecendo a integração com seu meio social.

Sabendo que todo processo educativo é um ato político, e nele estão inseridos de formas implícitas ou explícitas o currículo, competências, habilidades, as concepções ideológicas, as atitudes, os valores e as crenças de forma consciente ou inconscientemente, mas com o objetivo direcionado à formação do sujeito pleno diante da sociedade que se pretende construir. Levando ao educando uma tomada de consciência, madurecidas a ideia de mundo, de sociedade e de ser humano, na qual está propondo uma prática no contexto da sala de aula, que seria ideal para o professor da EJA. Moura (1999) enfatiza que das práticas educativas dos alfabetizadores da EJA, que vêm utilizando ao longo do tempo é uma “salada” teórico - metodológica, envolvendo desde o emprego dos métodos tradicionais, perpassando por outra como a de Freire, e alguns já introduzem elementos abordados por Ferreiro³ e outro incremento com os conhecimentos de Vygotsky⁴ e entre outros, assim, com uma prática ou métodos de alfabetizar jovem e adulto muito confuso e desordenado.

³FERREIRO, Emília. *Alfabetização em Processo*. Tradução de Marisa do Nascimento Paro e Sara Cunha Lima. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2001. Emilia Ferreiro é psicóloga e pesquisadora argentina, radicada no México, fez seu doutorado na Universidade de Genebra, sob a orientação de Jean Piaget. Suas principais obras se referem o processo de alfabetização e a escrita.

⁴**Lev Semenovich Vygotsky** foi um psicólogo bielo-russo, descoberto nos meios acadêmicos ocidentais depois da sua morte, aos 38 anos. Pensador importante foi pioneiro na noção de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. Suas obras nos levam a uma compreensão da formação, desenvolvimento da personalidade humana referente o pensamento e a linguagem. Algumas relacionadas abaixo.

Vygotsky, Lev Semenovich, 1896-1934. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores/ L. S. Vygotsky; organizador Michael Cole.. {et al.}; tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro A fecha*. 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Moura (1999, p 62) aponta que:

O processo de alfabetização exige uma relação dialética entre objetividade e subjetividade que é retratada ou expressa a partir de dois contextos dialeticamente relacionados. Um contexto teórico, que pressupõe o autêntico diálogo entre educadores e educandos, enquanto sujeitos do conhecimento que dialogam a partir dos conhecimentos e sobre a realidade. E o contexto concreto, em que os fatos dão: a realidade social em que se encontram os alfabetizandos que, no processo dialético, se transforma no objeto de conhecimento sobre o qual se dialoga e os sujeitos se alfabetizam.

Não fugindo das demais etapas educacionais, a EJA, é uma modalidade que necessita de uma característica especificar em se tratando do ato de alfabetizar, na priorização de um processo com base no diálogo partindo do conhecimento da realidade de cada educando não só o professor, mas também, o coordenador pedagógico e o gestor da unidade de ensino. Por sua vez, um dos desafios, o coordenador precisa conhecer os discentes e ao meio em que são inseridos, e, junto aos professores, oferecer mecanismo no processo de elaboração do planejamento e sua execução na sala de aula, a fim de alcançar aprendizado de todos.

3.1 Planejamento.

Sendo, o planejamento uma atividade do professor, é considerado como uma tarefa de previsão das ações didáticas a serem desenvolvidas, as quais devem ser organizadas e executadas, na pretensão de alcançar os objetivos previstos.

De acordo com Gama (2016, p.41) parafraseando García (1987) coloca que o planejamento “é atividade do professor na sua prática docente nos envolvimento dos aspectos relacionados ao ensino, aos alunos, aos outros professores e aos pais”, de forma ampla incluindo qualquer ação do professor que tem a ver com a organização das atividades desenvolvidas relativa à escola, às reflexões do professor antes e depois da interação com os alunos em ambos os contextos tanto na sala de aula e na prática do planejamento, portanto, o ator de planejar é ao mesmo tempo, um ato político e deve ser revisto no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

O planejamento é um processo de reflexão das ações a serem executadas com maiores ênfases ao ensino e à aprendizagem, e não simplesmente o cumprimento, de uma exigência em obediência ao coordenador pedagógico, ou mesmo, do gestor escolar. Mas como um caminho de teorização do professor na elaboração de suas teorias e de produção, quando feita a partir de uma necessidade pessoal, o planejamento torna-se uma ferramenta de trabalho intelectual, Vasconcellos (2006, p. 46).

Quanto à definição de planejamento muitos autores colocam palavras diferentes, mas com significado análogo; uma vez, compreendido que “planejamento” é um termo bem abrangente que pode ser entendido de várias maneiras diferenciadas. Mas o que mais interessa é reportar ao planejamento dentro do processo educativo, principalmente referente ao professor da modalidade EJA, que não se diferencia das demais, o que se devem levar em considerações algumas peculiaridades desta etapa de ensino.

E se tratando da EJA o planejamento é importantíssimo no processo educativo, pois implica numa enorme complexidade, justamente por estar em pauta a mudar a qualidade do ensino para a melhoria na formação do ser humano. Havendo assim, uma elevação na ressignificação do planejamento, ou seja, planejar para o sujeito, em vista, a sua realidade, e isso implica em resgatar a necessidade e a possibilidade do próprio sujeito. Neste entendimento, observamos algumas definições.

Segundo Ibid (p.80), o planejamento é o processo contínuo, dinâmico e reflexivo, tomada de decisão e na colocação em prática e acompanhamento. No entanto, o autor deixa compreensivo que o planejamento é desenvolvido ao longo de todo processo e auxilia na orientação, na organização e concretização de tudo daquilo que se deseja alcançar.

Vale ressaltar que a essência do planejamento está na dimensão da ação a ser realizada, e que não é uma ação qualquer, mas uma das mais importantes na ação de educar, e essencial numa instituição educativa, sendo essa ação que define os rumos às mudanças na formação da sociedade, e por sua vez, organiza os objetivos que deseja alcançar e que devem estar voltadas para a realidade que almeja ser transformada.

Zunino e Pizani (1995) e Rapach (2010) ambos colocam o planejamento como um objeto de grande importância nas atividades do professor em seu processo de ensinar, valorizando o planejamento como indispensável para o docente, ou seja, é um caminho a seguir, e nesse caminho existem os pontos que devem ser alcançados com a maior perfeição e nesse sentido, dar-se-á importância ao planejamento é da qualidade no processo de ensino. Entretanto, se o professor não tem esse conhecimento é necessário que busque-o.

Na EJA é necessário entender que o planejamento é uma ferramenta de organização do professor que só vai lhe dá suporte de realizar um trabalho mais digno, mais preciso, mais coerente e eficaz, pois é nos momentos de elaboração que o docente vai refletir e avaliar o que foi desenvolvido e, no entanto o que foi alcançado, e nesse momento de reflexão e avaliação é que o docente com o conhecimento da realidade e das possibilidades de cada educando, e consciente agregar objetividade que paulatinamente modificar os educandos e a sociedade.

De acordo com Dalmás (1994, p. 25-27), o planejamento deve “envolver pessoas para a sua elaboração”, visando sempre o “desenvolvimento individual e comunitário, respeitando a pessoa com seus valores, sentimentos e situações tanto de ordem social, econômico, político e cultural”. Diante das definições obtidas na sua pesquisa a respeito de planejamento, concluiu que “todo planejamento possui teoria, da mesma forma que a técnica, a teoria não é neutra, porque há um objetivo a alcançar e uma realidade a transformar”, além de conceituar que “todo planejamento é um processo”, e, como processo, é visto como a característica mais importante. Pois “planejar não é algo estanque, mas uma ação contínua e globalizante” afirma e por fim, conclui que “todo planejamento encerra “ação”, sem a qual não teria sentido”, e sendo no agir da ação é que se visar um produto melhor, isto é, transformar a realidade e ter convicção de que não há dúvidas que o planejar vem dar significado para transformação e evolução do sujeito. Só consegue seus objetivos quem assume um processo de planejamento pautado na necessidade apresentada pelos alunos, não adianta planejar se não tem o conhecimento das situações que envolvem os discentes.

Na modalidade EJA deve - se buscar no planejamento essas características no momento de sua elaboração dá ênfase da condição para intervir na realidade de forma criativa e inovadora, respeitando o conhecimento e o discernimento do grupo do qual se encontra envolvido, priorizando o que é de melhor para ajudar no processo educacional, com referencia a qualidade do ensino na formação do alunado e nas mudanças sociais.

E Gama (2016) declara o planejamento como uma “atitude que envolve mudança de postura pessoal, filosófica e política do ato de planejar”. Nessa concepção a autora afirma que o planejamento vem para contribuir de “forma substancial para transformar a escola e a sociedade em espaço mais flexível, aberto à cultura e à diversidade”.

Ela põe sua visão a respeito da prática do planejamento como atitude de mudança, sendo essencial para as atividades docentes. Configura como instrumento e resultados de transformação que orienta e organiza situações de convívio, negociações e colaboração necessárias ao desenvolvimento das práticas pedagógicas no contexto histórico, seja ele,

cultural, social e econômico da sociedade. Dando-lhe uma importância do planejamento no sentido de um verdadeiro instrumento de intervenção na realidade, que torna capaz de efetivar processo educativo com qualidade e organização, tendo uma conexão aos fatos decisivos para a significação, a compreensão, por parte do professor, da necessidade de mudar a realidade, Ibid (2016).

Convém que cada profissional de uma instituição principalmente os da EJA que volte - se para a realidade encontrada e passe a delegar ações para mudar a situação, digo: gestor, coordenador pedagógico e precisamente o professor, aquele que está mais próximo dos alunos, quem mais interage com eles. São no planejamento que estas realidades devem ser discutidas, junto gestores, coordenadores e professores, acreditando que o coletivo traz mais possibilidades de transformar a realidade da escola.

É no momento do planejamento que se devem unir forças e conhecimentos buscando vida e dando um novo sentido do processo educativo, em uma visão técnica para o bem do todos, pois nada nesta vida se realiza sem antes passar pelo o imaginário. Depois idealizado, sendo o planejamento ou plano de aula, o momento adequado para reflexão do que queremos e podemos realizar diante da situação encontrada.

Nesse sentido, o planejamento tem como função tornar clara e precisa a organização do que queremos e como iremos fazer, ou seja, sintonizar as ideias a realidade e aos recursos para tornar mais eficiente as ações da qual serão desenvolvidas na EJA e termo com evidência as prioridades da qual pode ser desenvolvidas e levando em consideração a melhoria do todo. Numa perspectiva que no processo educativo tem que haver a participação de todos, mesmo que não seja consensual.

É importante entender que o planejamento é um processo e o plano de aula é um instrumento ambos com de grande significado e que mesmo estando junto o gestor, coordenador pedagógico e outros membros da instituição no momento de expor no papel do responsável nato de elaboração e execução, para que estejam contempladas fielmente a realidade, a necessidade e as possibilidades do alunado. O professor da sala há de entender que o planejar remete a um conhecimento amplo da realidade do discente, da escola e como também do próprio professor, ou seja, para Vasconcellos (2006) é re-significar o planejamento resgatar a necessidade e possibilidade e Gandin (1994) considera de realidade inquestionável do homem, na qual, este homem tem que se afrontar para viver o presente e propositar transformação para o futuro.

No planejamento é válido colocá com evidência a necessidade e racionalidade no tocante das situações em que se vive no contexto social com os alunos principalmente da EJA,

a fim de, alcançar objetivos planejados, sendo um grande desafio para coordenador mesmo em parceria com toda comunidade escolar.

Por esta razão, nota-se que o planejamento é um processo educativo de fundamental importância na organização do docente, onde o mesmo deve ter as necessidades de conhecer e compreender a realidade da EJA para que consiga realizar intervenções adequadas e com qualidade que irão garantir que o ensino-aprendizagem aconteça com a maior intensidade.

Para tanto, é na busca de um maior poder do planejamento na sua adequação eficiente nas resoluções das situações que temos, ou mesmo, que venha aparecer no cotidiano da sala de aula, da EJA que possa haver uma maior aquisição de conhecimento por parte do professor, ou seja, conhecer o todo para que se possa trabalhar com as particularidades de cada aluno, que não é fácil, mas também não é impossível. Nesse contexto é preciso conhecer a realidade modalidade EJA para saber para quem vai planejar. Assim, justifica dizer que, planejar é organizar, é coordenar e administrar as ações a serem tomadas para a concretização de uma atividade visando resolver um ou vários problemas e alcançar um objetivo, pois, o mesmo, auxilia na orientação, organização e realização daquilo que se pode fazer e que pretende alcançar.

Então, diante dos expostos, o planejamento implica em uma mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, que permite alterar o modelo tradicional de ensino, que traz nessa conjectura um grande desafio ao coordenador pedagógico na EJA quanto à articularização de todo esse cenário, a fim de que se torne realmente proficiente no processo de ensino e aprendizagem. Com maior assistência e auxílio ao trabalho do professor, quando bem planejado e orientado, ajuda o desenvolvimento de habilidades através de observação, análise, reflexão, organização, entre outras, que estão estritamente ligadas ao desenvolvimento intelectual do educando. Portanto, o planejamento se justifica por si mesmo, diante de sua própria necessidade e evidência.

3.2 Ato de Planejar.

Com tantas denominações de planejamento onde o mesmo se concretiza no momento do ato de planejar e de sua execução, muitos autores terminam resumindo como ato de planejar ou planejar, faz parte da história dos seres humanos, isto é uma preocupação da maioria das pessoas no seu cotidiano, pois estamos sempre enfrentando situações que necessitam serem planejadas, assim podemos dizer que a ação de planejar faz parte da vida e

aquele que não planeja corre o risco de realizar as atividades de forma mecânica sem sentido definido. Sabe-se que dentro deste contexto do ensinar e aprender, a falta desta prática implicará num trabalho realizado de forma aleatória, e que na EJA isso não pode acontecer e aqui seguem alguns entendimentos a respeito do ato de planejar.

Segundo Vasconcellos (2006, p. 34):

Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com previsto, ou seja, é buscar fazer algo incrível, essencialmente do ser humano: o real ser comandado pelo ideal numa intenção comumente implícita, pois o planejar ajuda a concretizar aquilo que se almeja, no entanto, aquele algo que planejamos é possível acontecer, podemos em certa medida interferir na realidade. Planejar é estudar, organizar, coordenar, ações a serem tomadas para a realização de uma atividade visando solucionar um problema ou alcançar um objetivo.

Nessa linha de pensamento é compreensivo que no ato de planejar é importante para o profissional e principalmente na EJA, pois ato de educar é intencional, precisando ser planejado, aplicado e revisado no momento da elaboração. Planejar não é um ato vazio, é um ato cheio de objetivos intencionados, cheios de procedimentos a serem executados, que no final precisam ser refletidos e avaliados, portanto, merece muito atenção e conhecimento do todo e por todos.

Parafrazeando Gama (2016), diante de sua colocação, “planejar não é somente projetar ações futuras, mas é também agir em função daquilo que se projetou, do pensado, do idealizado, como realidade desejada, ou seja, tem que ter coerência no idealizado com a sua realização”. Então, o planejar é colocar em movimento as ações projetadas e dar uma realização eficiente e eficaz do desejado, agindo de forma mais concreta possível, persistindo naquilo que foi idealizado.

Portanto, na modalidade EJA com maior ênfase deve se idealizar o que se pretende alcançar em uma determinada jornada de trabalho, isso para um tempo futuro que ainda irá acontecer, com vista na realidade do qual o professor (a) deve conhecer muito bem. Para que seu trabalho tenha êxito, é necessário recorrer a vários mecanismos com ajuda do coordenador pedagógico, que envolvam os conteúdos e procedimentos e recursos, a fim de, atingir os objetivos projetados. Ou seja, dar vida a esse processo é buscar uma plenitude, embasada numa profunda reflexão respeitando - a em três momentos cruciais: o da elaboração, o da execução e o da avaliação.

3.3 Plano de aula

Quando se trata de planejamento na vida do profissional da educação de jovens e adultos, sabe-se que o professor é um eterno planejador, pois se não o for, correrá o risco do imprevisto, o que não é inaceitável na função desempenhada por esse servidor.

O plano de aula é pensado como uma atividade do dia a dia, em decorrência da situação na qual vai se encontrar, e que o professor deve se organizar, sempre procurando dar sentidos de acordo com seus objetivos e procedimentos referentes à aula, contemplando seus conteúdos que deverão ser interessantes para o crescimento intelectual do educando.

O plano de aula, um dispensável instrumento de sistematização das atividades cotidianas do professor com objetivos a serem atingidos e com o envolvimento dos conteúdos desenvolvidos através dos procedimentos metodológicos. Sempre com atenção de verificação do processo através da avaliação ao final de cada aula desenvolvida, sendo uma técnica instrumental para rever se alcançou o que se pretendia em relação ao ensino e à aprendizagem. Ou seja, plano de aula é um documento técnico utilizado pelo professor na organização de seu trabalho, destinado, sobretudo, a um momento específico, seja em relação a dia letivo e com respeito e considerações às questões no ideário situacional para as decisões das inquietações do imaginário na hora da elaboração; por indagações: O que se pensa fazer? Como fazer? Quando fazer? Com que fazer? E com quem fazer? E na concretização no decorrer da execução do plano de aula, Libâneo (1994).

No entanto, vale ressaltar que “o planejamento não assegura, por si só, o andamento do processo de ensino” Ibid, (p.26). O plano de aula deve estar ligado à prática e deve ser revisto e refeito sempre que necessário, dando-lhe flexibilidade e coerência. De acordo com o professor, ao lidar com as situações concretas de ensino são ampliadas as experiências e enriquecidas constantemente.

O importante é que cada processo desenvolvido traga consigo novos conhecimentos e novas experiências para a formação do profissional que trabalha com a EJA seja no planejamento, plano de ensino ou plano de aulas. Enfim, que seja criado e recriado sua própria prática metodológica diante ao processo de ensino de várias situações como o da EJA referente à aprendizagem. Assim, utilizando dessas novas descobertas, um grande legado para o enriquecimento da prática profissional, adquirindo, sobremaneira, mais segurança no trabalho.

É no plano de aula onde se colocam as ações a serem desenvolvidas. São momentos de se criar situações metodológicas inovadoras, questionadoras, referentes a

realidades na sala de aula, que levando consigo uma análise e reflexões da situação do contexto escolar principalmente os fatores relevantes que venha a contribuir para o sucesso do educando, uma vez que se consiste na operacionalização do trabalho do cotidiano docente.

Portanto, é na unidade de ensino, através dos seus profissionais, que se deve propor uma inovação, principalmente na modalidade EJA, a fim de construir, redescobrir e transformar a sua prática educativa diante do ato planejar, ou seja, diante da elaboração de seus planos, tanto da escolar como também o de aulas dos docentes com maior eficiência na execução de uma prática metodológica crítica, consciente e participativa.

3.4 Execução do plano de aula.

A execução do plano é a parte de todo desenvolvimento do processo do planejamento e do ato de planejar, com aplicação da metodologia idealizada para que se tenha êxito na formação do aluno cidadão. Ou seja, a realização da aula propriamente dita, que é nesta parte do processo de ensino que precisa valorizar as interações dos sujeitos com maior intensidade entre todos os constituintes do processo ensino aprendizagem numa unidade de ensino. Então, que o plano de aula traduz o instrumento pedagógico de planejamento da atividade docente na materialização do conteúdo disciplinar. Dessa forma, essa ferramenta deve ser compreendida como elemento integrante do universo de instrumentos didático - pedagógicos, com maior eficiência na modalidade EJA, com o olhar para o qual se volta a presente reflexão de suas peculiaridades, Oliveira (2011).

E com maior relevância no momento da aula, pois é na aula, que acontece uma elevação intensa entre os presentes considerando a forma que predomina o processo de ensinar e aprender, onde se criam, recriam, desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos e habilidades. Isso reforça suas competências e convicções no âmbito profissional e pessoal e especificamente se tratando de discente da modalidade EJA, grande maioria são alunos que trabalham durante o dia, mais uma necessidade de que as aulas sejam prazerosas, dinâmicas e que se encontre nela o saber, sabor e o valor, estejam na condição de transformar as realidades desses discentes.

Na execução, cada aula é uma atividade específica e singular da realidade atual, onde os objetivos, conteúdos e procedimentos são desenvolvidos voltados a sanar as dificuldades de cada um, de modo que o próprio discente aprenda a transformar a realidade, coerente com suas resoluções de seus problemas.

É durante a execução da aula que o professor deve coordenar e dirigir seu trabalho orientando os alunos a todas as atividades, e no final avaliar todo desempenho tanto do aluno como professor e assim, replanejar os objetivos não alcançados, numa estruturação diferenciada da anterior, levando no decorrer de todo processo as dimensões críticas, políticas, éticas e sociais com dinamismo e continuidade.

3.5 Os Desafios do Coordenador Pedagógico no Contexto Atual

Ao observarmos a conjuntura do sistema educacional brasileiro no âmbito das esferas nacional, estadual e municipal, acredita-se que os desafios, por sua vez, são imensos e variados e não só para o coordenador pedagógico, mas para todos aqueles que buscam desenvolver seu trabalho na área da educação. Aqui iremos pontuar alguns desses desafios pautados na atribuição do ofício do profissional coordenador pedagógico, que são de uma grandiosa relevância na melhoria e na qualidade do processo educativo, uma vez desenvolvida com competência e responsabilidade.

Apesar de avanços nas últimas décadas, a educação ainda se encontra, com altos índices de evasão e repetência, em todas as etapas e modalidades da educação básica e principalmente com maior intensidade na EJA, entretanto, assolam o contexto educacional brasileiro e levando em consideração o que foi publicada nesta quarta-feira, dez de agosto de 2016, pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE⁵, em Paris.

Acreditamos que, para que essa realidade se diminua relativamente seus percentuais negativos e se transforme numa realidade mais positiva, é necessário um trabalho conjunto entre todos, numa conjuntura do macro para o micro da esfera maior até a menor chegando ao chão da escola, envolvendo comunidade escolar e a família, ou seja, escola e a família na mesma direção, porque educar é uma tarefa árdua, visto que deve abranger os aspectos intelectual, físicos e sociais e econômicos do educando.

Neste contexto de escolas ou instituições de ensino, destacaremos o coordenador pedagógico na modalidade EJA como um agente articulador, formador e transformador, capaz de contribuir grandemente para o sucesso das entidades de ensino. Por meio do

⁵OCDE - é uma [organização internacional](#) de 34 países que aceitam os princípios da [democracia representativa](#) e da [economia de livre mercado](#)^[2], que procura fornecer uma plataforma para comparar [políticas econômicas](#), solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. A maioria dos membros da OCDE é composta por economias com um elevado [PIB per capita](#) e [Índice de Desenvolvimento Humano](#) e são considerados [países desenvolvidos](#).

desenvolvimento de um trabalho coletivo pautado na ação-reflexão-ação, acredita-se que poderá romper barreiras no sistema educacional que dificultam a melhoria e a qualidade do ensino para todos os que dele necessitam para muda a realidade.

Em face da situação educacional e com maior relevância nos conceitos supracitados a respeito do planejamento, o ato de planejar, plano de aula e execução, pode-se entender que os desafios do coordenador pedagógico são muitos, uns com características menos complexas e outros, ainda mais complexas. Nesse cenário, o foco desta pesquisa direciona-se no propósito de dar respostas às indagações desse estudo que se encontra no capítulo I, e, na busca dessas respostas, pode se resumir nas atribuições do coordenador com articulador, formador e transformador; ambas voltadas para todo processo educativo na modalidade EJA com ênfase no processo de elaboração e execução do planejamento para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

O coordenador pedagógico como articulador do processo de planejamento na elaboração e execução na EJA tem a árdua função de estruturar todo ambiente educacional, bem colaborativo marcado por uma relação interpessoal, ética tornando um espaço de diálogo e de reflexão das práticas pedagógicas. Nessa relação, a ação do coordenador precisa ser planejada e articulada com todos os participantes da comunidade escolar, sendo ele (coordenador) um dos principais elementos de ligação a todo processo pedagógico, sendo realizado por meio de ideias e estratégias interessantes junto aos demais trabalhadores educacionais, com momentos de estudos, propostas, reflexões e ações diferenciadas, numa concepção de que nada se faz sozinha sempre em busca de colaboração em ênfase ao coletivo com todos os membros da escola. Assim, concordando com Almeida e Placco (2011, p. 17) é dito que:

Nenhum educador dar conta de suas tarefas sozinho. Para realiza - las é importante contar com o apoio de um coletivo forte e solidário. Mas para poder contar como apoio de um grupo deste tipo, é preciso empenhar- se em construi - lo cotidianamente. A força de um coletivo vem do envolvimento de cada um articulado, neste caso, pelo coordenador pedagógico.

Na situação do processo educativo na modalidade EJA vale apenas ressaltar a dinâmica do coordenador da sua forma de trabalhar, uma vez, sabendo que tudo pode ser bem diferente com colaboração, com o diálogo e junto ao coletivo. Principalmente se tratando da educação comum processo que depende da contribuição de todos, sendo mais do que importante é a participação de todos, pois esse trabalho dá qualidade ao processo educativo.

Assim, para a superação das necessidades cotidianas da escola, se exige um trabalho coletivo, que, por sua vez, exige a presença e a atuação de um articulador dos processos educativos que ali se dão. Esse articulador precisa agir nos espaços - tempos diferenciados, seja para o desenvolvimento de propostas curriculares, do projeto político pedagógico, plano da escola, plano de ação e entre outras atividades e ações, seja para o atendimento a professores, alunos e pais, ou nas mais variadas combinações que cada escola comporta, Almeida e Placco (2011). Ou seja, articular o coletivo da escola, considerando as especificidades do contexto e as possibilidades reais de desenvolvimento de seus processos.

Na perspectiva de articulador na modalidade EJA o coordenador pedagógico para realizar um bom trabalho, precisa ter clareza do seu papel, ter competência para exercê-lo e estar em um ambiente de trabalho em que sua função seja reconhecida, ou seja, precisa de formação permanente de si mesmo. Dando ênfase os escritos de Silva (2011) o coordenador pedagógico nos dias atuais se mostra bem mais ampla, conhecedor de seu trabalho, e o profissional dessa área entende ou deve entender que a verdadeira essência desse termo: “coordenador” é aquele que vê o geral, que vê além e articula ações com o coletivo da escola, que procura a “visão sobre”, no interesse da função coordenadora e articuladora das ações é também quem estimula nas oportunidades de discussão coletiva, crítica e contextualiza o trabalho.

No entanto, é interessante se saber que o coordenador de hoje, precisa ser um eterno pesquisador e com isso irá contribuir muito mais no processo de ensino e na aprendizagem. Neste contexto, é preciso atentar para a necessária articulação entre a pedagogia da sala de aula e a pedagogia institucional, uma vez que, o que está em questão é a mesma tarefa: a formação humana, ou seja, a formação dos alunos, dos professores, da coordenação e dos pais, (SILVA, 2011).

No processo do planejamento em elaborar e executar o coordenador pedagógico na sua função de formador na modalidade EJA deve priorizar como uma das mais importantes atribuições profissionais que é formar os professores de acordo com o projeto pedagógico da escola usando os princípios didáticos que pautam a instituição, pois na educação cada dia, surge situações diferentes. E muitas das situações surgidas não se tem resposta imediata, prevendo sempre uma busca de respostas, e nesse contexto a formação é constante, tanto na mediação da formação do professor, e também para sua própria formação, sendo a escola o lugar mais adequado para a qualificação do profissional da educação. Ou seja, diante de um processo de formação continuada. Numa perspectiva de investir de maneira positiva na formação do professor, de forma reflexiva, problematizadora e revolucionária, transformando-

o a postura do/a profissional na contemplação de melhores resultados da qualidade educacional.

Pensar em formação de professores principalmente referente processo de planejamento implica repensar modelos e atitudes com relação a esse profissional em um perfil relacionado às etapas e modalidades da educação. Formação não são somente acúmulos de conhecimentos em memória, são processos de saber aplicá-los, como aplicá-los, quando questioná-los, revê-los e modificá-los para a realidade situacional do público e também em sala de aula de acordo com o nível de desenvolvimentos dos alunos, ou seja, particularidades da sala de aula e do sujeito-aluno. Formação no processo educativo e considerando sua fragilidade na modalidade EJA na U. E. João Soares Araújo, supõe necessariamente, de uma política estruturada, que considere os desejos, as necessidades e o contexto da sociedade inserido. Então não basta pensar a formação do professor como problema, é necessário racionalizar e operacionalizar ações efetivas que solucionem as questões da sociedade.

A formação do professor na modalidade EJA deve corresponder às necessidades do profissional e principalmente a do sistema educacional, que pode ter como objetivo maior transformar a realidade de si próprio e a do discente por meio de práxis que levem em conta o elo entre as necessidades acadêmicas e as sociais, adequando-a ao contexto onde está inserida, que tenha como propósito auxiliar o aluno em seu processo de desenvolvimento como pessoa e como cidadão consciente de seus direitos e deveres em cidadania.

No entanto, na EJA a responsabilidade formadora do coordenador pedagógico está pautada na formação contínua dos professores, e, quando relevante e possível, dos demais profissionais da instituição, devendo estar aberta aos saberes adquiridos no cotidiano, que precisam ser refletidos e incorporados na prática pedagógica.

Segundo Silva (2011, p. 12), a respeito do trabalho formativo do coordenador pedagógico coloca que:

O foco de atenção do coordenador no trabalho de formação é tanto individual quanto coletivo: deve contribuir com o aperfeiçoamento profissional de cada um dos professores e ajudar a constitui - los enquanto grupo. Sua práxis comporta as dimensões: reflexiva, pois auxilia na compreensão dos processos de aprendizagem existentes no interior da escola, é organizativa quando tenta articular o trabalho dos diversos atores da escola, é também conectiva possibilitando elos não só entre os professores, a direção, pais de alunos e demais profissionais da educação, é interventiva quando o coordenador ajuda a modificar práticas arraigada que impede a reflexão e é também avaliativa, pois exige que todo processo educativo seja repensado, visando à melhoria.

Neste sentido, o desafio do coordenador no processo de formação de professores é está atento ao aspecto individual e ao coletivo dos profissionais do qual fazem parte da

instituição escolar, no prisma reflexivo, organizativo e avaliativo imanente aos trabalhos desenvolvidos.

O coordenador visto como formador do processo de planejamento na modalidade EJA dois aspectos devem ser destacados na sua função: o compromisso com a formação de representar o projeto escolar-institucional, de atender aos objetivos curriculares da escola e com o desenvolvimento dos professores que consideram as relações interpessoais com os demais atores da escola, alunos, pais, comunidade, sendo estas relações entendidas em sua diversidade e multiplicidade, aceitas como se apresentam, aproveitando como recurso para o processo formativo, como explicado em o coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. (ALMEIDA e PALCCO, 2011).

No processo de planejamento da EJA o coordenador pedagógico como um agente de transformação da prática pedagógica, precisa estar aberto à transformação e transformar-se continuamente, reconhecendo a sua própria necessidade de formação. Na intenção do sentido de transformação seja entendida como atitude de abertura para a mudança, para novas aprendizagens. E para ser um agente transformador, o coordenador pedagógico deve ter, em primeira instância, disposição para colaborar com os docentes na mediação de todo aparato, e também a constituição no entorno de um ambiente escolar favorável às mudanças.

Para que as mudanças na modalidade EJA ocorram de modo significativo é preciso que todos os sujeitos da comunidade educativa estejam envolvidos neste processo de transformação. E isso, requer acolhimento e respeito às diferenças, aos saberes, crenças e práticas dos professores para articular espaços de reflexão, numa dinâmica de inovação do processo de planejamento, onde se possam mobilizar as mudanças desejáveis. É nessa problemática que segundo Orsolon (2001), o coordenador pedagógico na modalidade EJA pode ser um dos agentes de mudança das práticas dos professores mediante articulações externas que realiza entre ambos, no movimento de interações permeadas por valores, convicções e atitudes; e por meio de articulações internas, que sua ação desencadeia nos professores, ao mobilizar suas dimensões políticas, humano-relacionais e técnicas, reveladas em sua prática. Assim, pode-se concordar que a realidade seja transformada, por meio de um processo reflexivo, onde se questione as ações e suas possibilidades de mudança, e do papel/compromisso de cada profissional com a melhoria da educação escolar.

Como transformador, do processo de planejamento junto aos professores da EJA cabe - lhe o compromisso e responsabilidade de questionar, acompanhar e intervir em todas as ações desenvolvidas na escola, ajudando ao gestor e demais funcionários serem reflexivos e críticos em suas práticas sejam elas pedagógicas ou não. Finalmente, como transformador,

espera - se sua participação no coletivo da escola como aquele que permite e estimula à pergunta, a dúvida, a criatividade e a inovação. Só assim, a escola se instituirá não apenas como espaço de concretização do currículo e de outros componentes, mas também como espaço de mudanças curriculares necessárias e desejadas pelos professores, para cumprir seus objetivos educacionais.

Por fim, o caráter transformador visa incentivar ou até mesmo provocar a todos na escola a avançarem constantemente. "É uma questão de atitude, que tem a ver com uma visão de educação, de sociedade e de pessoas, que implique reconhecer que estamos sempre em mudança. O coordenador deve cutucar o professor, porque fazer a mesma coisa no ano seguinte é um retrocesso", afirma Almeida & Palcco (2011, p. 26).

Portanto, pode ficar entendido que os desafios do coordenador pedagógico no contexto atual que vivenciamos, está envolvido nesses três dimensões, que são em ser um formador, um articulador e um transformador.

Como formador porque vai ajudar o corpo docente a se aprimorar na sua formação. Ou seja, ajudar os professores a lidar com seu próprio conhecimento, para isso o CP precisa entender de todo aparato pedagógico e metodológico. Articulador porque vai orientar as pessoas, os processos de aprendizagem e articula o projeto político pedagógico - PPP às necessidades da escola e, transformador porque visa incentivar – ou até mesmo provocar - a todos na escola a buscarem avanços constantemente.

4. REFLEXÕES SOBRE A PRAXIS DOCENTE EM RELAÇÃO O ATO DE PLANEJAR E EXECUTAR NA SALA DE AULA O PLANEJAMENTO, NA U.E. JOÃO SOARES DE ARAÚJO.

As reflexões aqui expostas remetem à compreensão de que a práxis docente está presente no horizonte da atuação do professor que se propõe a contribuir na formação de um ser social mais comprometido com sua cidadania. Tornando um educador, com um trabalho contínuo de um formador e transformador de consciência, de uma experiência docente que constitui - se espaço de produção de conhecimento e isso só será possível mediante uma sistematização e uma postura crítico - reflexivo - ética do educador a respeito de suas próprias experiências, sobre teorias pedagógicas e de uma leitura de mundo que favoreça a propostas de atividades que tenham na prática docente, como ponto de partida e de chegada na contribuição de uma sociedade mais igualitária.

É com ênfase da importância do planejamento e na qualidade do ensino que iremos direcionar este capítulo a uma reflexão acerca dos desafios do coordenador pedagógico, na articulação com os professores, em relação à prática de elaboração e execução do planejamento, assim, atribuindo a estes atos, o de planejar e o de executar, uma dinâmica prazerosa que implique aos aspectos da intencionalidade e atitude no processo formativo do indivíduo tanto do docente como o discente. Com grande coerência o que expressa Alves e Araújo (2009, p. 13):

O planejamento não têm tido grande importância no âmbito educacional que visa a qualidade no ensino, por meio dele, os educadores tomariam suas decisões e converteriam para direções escolhidas, estando prontos para enfrentarem todas as variáveis, tanto desejadas quanto as não desejadas.

Não existe outra forma de organização que venha garantir êxito para um profissional da educação principalmente o professor, que não seja o planejamento de suas atividades e ações, do qual irá desenvolver em todo percurso de seu trabalho, como suporte do que pretende ser alcançados com os objetivos desejados e com referência algumas variações a que venha aparecer ao longo do período ao qual foi planejado.

Assim, relataremos e analisaremos os resultados da entrevista semiestruturada com dez questões abertas, na perspectiva de se obter uma maior compreensão e que os resultados encontrados satisfaçam os objetivos do pesquisador, assim, realizada com os quatro professores da referida unidade de ensino, os quais trabalham com a modalidade EJA, entre eles três são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino, cuja faixa etária varia entre 25

(vinte cinco) há 40 (quarenta) anos de idade e serão identificados como P1, P2, P3 os femininos e o P4 masculino.

4.1 Quanto à formação do professor/disciplina que leciona.

Baseado na primeira questão “Qual a sua formação?” à qual indaga a formação do professor, onde dois informaram P1 e P2 que têm o curso de magistério nível médio, os outros dois P3 e P4, têm magistério e graduação em letras com ênfase em língua espanhola e respectivas literaturas.

Observando que na modalidade EJA, na unidade escola João Soares, com duas turmas, uma de 5ª e 6ª série, equivalente a 3ª etapa e outra com 7ª e 8ª série, equivalente a 4ª etapa, ou seja, alunos do ensino fundamental anos finais. Neste caso a LDBEN, 9394/96, no art. 62, “admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal” nessa razão o curso do magistério não lhe permite trabalhar na EJA, nas séries finais. E outra contradição é quanto à questão “Quais as disciplinas que leciona?” o P4, formado em letras trabalhando com as disciplinas de matemática e ciências, bem fora da área de sua graduação.

Nestas situações de professores com formação mínima trabalhando com as etapas da EJA, referente os anos finais e professores trabalhando fora de sua área de formação se configura um desafios do coordenador, se expondo uma necessidade de uma obrigatoriedade de estar mais próximo destes profissionais com uma intensidade maior na articulação do fazer pedagógico no momento do ato de planejar e executar suas aulas.

4.2 Quanto ao tempo de docência

De acordo com a questão “Quanto tempo você trabalhar como professor?” e, “Quanto tempo trabalhar com a modalidade EJA?”. Nos relatos dos professores pode-se perceber que suas experiências na docência variam de seis a dezesseis anos e quanto às experiências realmente com a EJA o que tem menos tempo está com quatros anos. Mesmo com essa experiência os professores necessitam de uma formação mais voltada para a EJA, pois, tem professor apenas com o magistério nível médio, é na formação que se busca a melhoria da educação.

Um melhor nível de conhecimento do professor contribui para um trabalho mais eficiente e principalmente se tratando dos professores U. E. João Soares, onde alguns atuam em outras disciplinas fora da área de sua formação. E refletido sobre a formação do professor vale ressaltar que:

Formação docente e sua prática implicam conceber um processo de formação ação, no qual o professor se coloca como agente e sujeito de sua prática, além de sujeito do processo de construção e reconstrução do conhecimento. Cotidianamente, o conhecimento deve ser repensado e realimentado, articulando-se com as concepções teóricas que vem sendo discutidas e refletidas nas diferentes instâncias educativas. [...] vai se construindo e reconstruindo no cotidiano da sala de aula e da escola, que deixa de ser o espaço de formação, tanto do aluno quanto do professor, articulado a outros espaços formativos do contexto social mais amplo. (MESSIAS, 2013, p.10 - 11).

E para a realização de uma prática docente eficaz, é necessário que se pense na formação do professor além da qualificação contínua, é preciso uma formação inicial bem fundamentada, ou seja, de possibilidades de produção e de aquisição de conhecimentos, é fundamental que o professor adote alguns hábitos e mecanismos indispensáveis para a concretização da aprendizagem, em formar-se no espaço junto com os alunos, pois é na realização de seu ofício que se constituem os bons profissionais.

4.3 Quanto as dificuldades

De acordo com o cenário educacional a modalidade EJA se encontra numa complexidade de trabalho difícil, pois, suas peculiaridades são muitas e variadas, com isso, necessitando de um profissional com habilidades e competências para desenvolver um bom trabalho.

De se trabalhar com a EJA quanto a indagação “Qual (is) as maior (es) às dificuldade(s) de se trabalhar com a EJA?”, as respostas foram diferentes, com posse nos relatos confirmam que todos têm dificuldades, a pesar das experiências dos anos anteriores. Observe;

O P1 relatou: “por trabalhar com pessoal de várias idades e pessoas que já têm sua opinião formada”. Sendo observável que sua dificuldade está na observância dos diferentes níveis de conhecimentos dos alunos.

E justificou:

“Pois com todas as dificuldades sempre procuro reconstruir alguns conhecimentos tidos como verdade de alguns alunos e mostrar que cada disciplina é importante para resolvermos questões práticas do dia a dia”.

Nesse contexto, os alunos da EJA não são alfabetizados, mas possuem conhecimento próprio, e quando decidem por estudar, cabe ao professor regressar o conhecimento de cada um, assim, tendo mais clareza das turmas e identificando as capacidades, dificuldades e potencialidades, pois eles não são desprovidos de conhecimento, apenas não são letrados.

Enquanto o P2 disse - “são os conteúdos que têm que ser bem explorados para ele (aluno) ter uma boa aprendizagem”.

E se justificou: “Ao refletirmos sobre a educação de jovens e adultos, poderemos perceber que as dificuldades encontram - se pelo fato dos alunos não terem cursado na idade adequada”, ou seja, uma grande distorção da idade-série, mas a EJA é totalmente voltada para esta situação o que se percebe pela a fala das P1 e P2, o que realmente está faltando é uma formação continuada acerca da modalidade EJA. Portanto deve levar em consideração o perfil do professor da EJA, então:

O perfil do professor do EJA é muito importante para o sucesso de seus alunos, onde a aprendizagem caminha de mãos dadas com a compreensão, empatia, amizade, solidariedade do educador. Os alunos do EJA são marginalizados, sofrem preconceito, vergonha, críticas e tais problemáticas estão presentes tanto na vida em comunidade como na família. Assim, saber educar é muito mais que transmitir um conteúdo de um livro didático, descontextualizado com a realidade do aluno. É muito mais que isso. É compreender a vivência do aluno, o dia a dia, buscando tanto o crescimento humano, quanto profissional e especialmente o pessoal. (CARBONE, 2013, p. 10).

Interessante quando a P1, coloca, “pois com todas as dificuldades sempre procuro reconstruir alguns conhecimentos tidos como verdade de alguns alunos e mostrar que cada disciplina é importante para resolvermos questões práticas do dia a dia”, pois é no contexto de empatia, das mãos dadas, com solidariedade, na compreensão do outro é que devemos ser um professor da EJA.

No entanto, a P3, sua maior dificuldade especificamente em Bom Lugar, é; “a falta de material didático (livro) e curso de aperfeiçoamento da modalidade EJA”.

E justifica dizendo:

Quanto ao material didático (livro) uso do 6º ao 9º ano, adaptando ao currículo da EJA e quanto os cursos de formação são as experiências de sala de aula, assim, mesmo a EJA tem dado certo.

É lamentável o que o P3 coloca a falta de material e dando ênfase no livro didática, o descaso grande com a educação, uma vez assegurado na LDBEN, n. 9394/96, em seu artigo 4º, inciso VII faz menção aos programas de apoio ao material pedagógico: “O dever

do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático [...]” (BRASIL, 1996, p. 3). Portanto, com base nesse artigo, é fácil compreender que a responsabilidade do Estado para com os alunos das escolas públicas do Brasil, levando em consideração que o livro didático constitui material necessário para o processo ensino-aprendizagem.

E na busca de direcionar o trabalho do professor, pode-se observar o que expressa Verceze e Silvino, (2008, p.03) para que possa buscar em outras fontes, justamente o que faz a P3.

O livro não deve ser considerado como única fonte de conhecimento disponível para o educando, mesmo sendo utilizado didática e corretamente em sala de aula, pois o professor deve ter consciência da necessidade de um trabalho diversificado e, para tanto, é preciso buscar, em outras fontes, informações ou conteúdos que venham a complementar e enriquecer o livro didático.

Assim, o professor pode e deve conhecer outras fontes que irá ajudá-lo na atuação em sala de aula, pois é importante entender que o livro didático é apenas um dos instrumentos de apoio ao seu trabalho e que, por melhor que seja, pode ser ampliado com exercícios e atividades de acordo com a realidade de cada localidade ou clientela a ser atendida. Além disso, ter ou não ter o livro didático não diminui a necessidade dos professores buscarem outros instrumentos didáticos pedagógicos. O professor sempre precisa de instrumentos complementares para ampliar seus conhecimentos e manterem informados. Mas o livro didático sempre foi um dos instrumentos do trabalho pedagógico do professor e facilitador do aprendizado dos alunos.

Quanto às experiências como forma de uma formação a P3 expressa à necessidade de uma formação continuada para se trabalhar com a EJA o que já ficou bem explícito em outras colocações anteriores.

Em outro contexto bem diferente o P4 coloca sua maior dificuldade em trabalhar com a EJA é, “a grande variedade de níveis de conhecimentos dos alunos”,

E justificou da seguinte forma:

Torna-se muito difícil atender ao mesmo tempo, em uma mesma sala de aula, alunos que estavam com mais de dez ou até vinte anos que não frequentavam a escola, com alunos que vem frequentando a EJA, ou que são oriundos das séries regulares.

Considerando o que os entrevistados declararam, todos têm dificuldades de trabalhar com a modalidade EJA. Pode-se perceber que dos quatros, três, pelo o que

afirmaram, têm dificuldades em relação ao perfil do alunado da EJA. São pessoas com idades diferenciadas, de opinião formada, níveis de conhecimentos variados, outros com baixo índice de aprendizagem.

Nessa ótica Carbone, (2013) expressa que os alunos da EJA são de realidades distintas, e que cada aluno, vive num mundo de trabalho mais difíceis, família menos estruturadas, pertencem a grupos da margem da sociedade, de responsabilidades sociais quanto familiares, com valores morais e éticos criados a partir da experiência pessoal, do lugar onde vive e da realidade sociocultural em que estão inseridos.

E nesse cenário pode se colocar a visão de Gadotti & Romão (2008, p.31):

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego.

Diante do supracitado por Gadotti & Romão (2008), vale frisar que na escola, o coordenador pedagógico, professores e demais funcionários não devem esquecer as dificuldades dos alunos da modalidade EJA, e que precisam ser levadas em considerações, dependendo cada vez mais de um pouco do profissionalismo de cada membro da instituição. As dificuldades e diversidades são muitas nesta modalidade, assim, como em todas as etapas da educação.

E nessa situação parafraseando Farias (2010), onde coloca que tão importante quanto o direito à escola é garantir que todos aprendam, com uma educação de qualidade. E neste sentido, não são os nossos sistemas educacionais que têm direito a certos tipos de alunos. E ressalta que o sistema escolar de um país é que tem que se ajustar para satisfazer as necessidades de todos os alunos. Sendo necessário tornar a aprendizagem mais significativa para todos, tenham oportunidade, e várias alternativas de mudar seu destino e que o sistema esteja comprometido com uma educação de qualidade para esses jovens e adultos.

A partir desta compreensão pode-se frisar novamente Farias (2010, p. 03) a respeito da concepção da homogeneidade e heterogeneidade dentro da instituição, que diz:

Tradicionalmente, a escola tem sido marcada em sua organização por critérios seletivos que tem com base a concepção da homogeneidade do ensino, dentro da qual alguns estudantes são rotulados. Esta concepção reflete um modelo caracterizado pela uniformidade na abordagem educacional do currículo: no material didático, no planejamento, numa aula, no conteúdo curricular, na atividade para todos em sala de aula. O estudante que não se enquadra nesta abordagem permanece à margem da escolarização, fracassa na escola elevando a evasão. O não reconhecimento da heterogeneidade no aluno da EJA contribui para aprofundar as

desigualdades educacionais ao invés de combatê-las. Os perfis do aluno da EJA da rede pública são na sua maioria trabalhadores proletariados, desempregados, dona de casa, jovens, idosos, portadores de deficiências especiais. São alunos com suas diferenças culturais, etnia, religião, crenças.

Na compreensão e reconhecimento da heterogeneidade e dos perfis dos alunos da EJA, a escola, nas pessoas do gestor, coordenador pedagógico, professores e demais funcionários devem se organizar com base a um modelo educacional comprometido com a realidade da heterogeneidade e dos perfis dos alunos, a fim de, assumir o seu papel fundamental de transformar socialmente a vida dos educandos. Ou seja, uma metodologia pautada nas características, nas necessidades e com vista a um guia curricular compreensivo, que não deixar de fora as técnicas de produção socioculturais, valorizando e incentivando as potencialidades do educando, e assim, promovendo a autonomia e uma educação vinculada ao mercado do trabalho e as práticas sociais, em uma flexibilidade de conteúdos, atividades ou outras ações que venha a desenvolver, sempre na visão de três princípios básicos que são contextualização, reconhecimento de identidade pessoal e das diversidades coletivas (RESOLUÇÃO CEN/ CEB,11/2000), ambos envolvente ao mundo desses jovens e adultos

De planejar em se tratando da dificuldade quanto ao planejamento de aula no ato de planejar, diante das perguntas “Quanto ao planejamento de aula, você tem dificuldade no ato de planejar?” apenas (01) um dos quatros entrevistados declarou que não tinha dificuldade, os outros três declaram que tinham dificuldades. E considerando suas justificativas, se perceber que as dificuldades estão na coerência em executar como foi planejado, isso eles não estão conseguindo, ficando claro o que coloca P2, por que:

Não dá para executar da mesma forma como foi planejado, sempre tem algumas alterações, seja no conteúdo, na metodologia, para que o ensino venha sempre favorecer os alunos na utilização de seus saberes e fazerem.

Nesse contexto parte para uma das características do planejamento que é a sua flexibilidade, que por sua vez está sujeito as alterações que pode ser relacionados aos objetivos, conteúdos ou procedimentos. Por mais bem fundamentado que seja o planejamento de aulas, o professor precisa ter consciência de que alguns imprevistos podem surgir no decorrer da execução da aula, visto que isso é comum e não devem ser ignorados. Isso importante por que cada dia o professor vai adquirido experiências e conhecimento a respeito da turma.

Entretanto, é interessante que o professor, ao final de cada aula, faça avaliação do processo de ensino e aprendizagem em relação ao seu trabalho e aos alunos, e como um

educador deve estar sempre atento para diagnosticar os obstáculos encontrados ou os que poderão surgir no percurso da aula e rever os avanços das atividades sobre o que foi programado ou planejado. E se tratando do planejamento, Reinaldo (2001) adiciona que exige um contínuo movimento de reflexão e avaliação sobre a prática de sala de aula, e essa avaliação deve ser realizada com base no desempenho dos alunos e dos professores e na técnica em si. Esse contínuo movimento de reflexão e avaliação gera uma mudança gradual na prática pedagógica do docente com ricas experiências.

Portanto, é na eficácia do trabalho didático-pedagógico que depende em grande parte da organização, coerência e flexibilidade do planejamento que tem como função do coordenador pedagógico orientar e reorientar a prática dos professores, oportunizando uma reflexão da sua ação no processo de ensino-aprendizagem, criando condições favoráveis ao progresso individual e coletivo dos alunos e dos professores. Portanto de acordo com Libâneo (2004) que destacar as funções do planejamento escolar podemos colocar como desafios do coordenador em desenvolver com os professores um planejamento no que diz respeito ao processo de elaborar e executar de forma a contemplar os requisitos da função do planejamento que são:

- Explicitar princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrática.
- Expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional e as ações efetivas que o professor irá realizar na sala.
- Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina.
- Prever objetivos, conteúdos e métodos a partir da consideração das exigências postas pela realidade social do nível de preparo e das condições sócio-culturais e individuais dos alunos.
- Assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente, uma vez que torna possível inter-relacionar, num plano, os elementos que compõem o processo de ensino: os objetivos (para que ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar) e a avaliação, que está intimamente relacionada ao demais.
- Atualizar o conteúdo do plano sempre que é revisto, aperfeiçoando-o em relação os progressos feitos no campo de conhecimentos, adequando-o às condições de aprendizagem dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados na experiência cotidiana.
- Facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professor e alunos devem executar e replanejar o trabalho frente a novas situações que aparecem no decorrer das aulas. (LIBÂNEO, 2004, p.223).

Entretanto, são requisitos fundamentais tanto para o planejamento quanto para um plano de aula, no fortalecimento no processo de elaboração, numa racionalização e reflexão da prática docente relacionado à concepção da necessidade do contexto de sala de aula, como também voltado para elevação das habilidades e competências do trabalho do professor para a

formação do aluno, na atribuição da qualidade do processo educativo, que por sua vez, deve ser dinâmico, criativo, com muita responsabilidade a fim de que possa alcançar um resultado almejado na transformação e libertação dos alunos, características das quais devem ser atribuídas no planejamento ou no plano de aula no momento do ato de planejar. Visto como se expressa Oliveira (2007, p. 27) a respeito à educação no ato de planejar, ou mesmo, a um planejamento educacional.

Uma educação que, pelo processo dinâmico, possa ser criadora e libertadora do homem. Planejar uma educação que não limite, mas que liberte que conscientize e comprometa o homem diante do seu mundo. Esta é o teor que se deve inserir em qualquer planejamento educacional.

Tendo em visto, o supracitado, é um desafio a ser estudado pelo coordenador, uma forma de está contribuindo com os professores no momento da elaboração do planejamento, lembrar sempre que o professor deve está a posto as situações da realidade e da necessidade da turma, a fim de realizar uma educação que liberte o sujeito, através de sua mudanças, principalmente na transformação da consciência.

Portanto, planejar exige alguns aspectos básicos a ser levado em consideração como o conhecimento da realidade, através da sondagem, ter clareza das finalidades, metas e objetivos que se deseja alcançar, assim primando pela segurança e responsabilidades do que se pretende realizar, haja visto, que isso não foi demonstrado nas resposta dos professores entrevistados. Pois segundo Rapack (2010) planejar é elaborar um plano de intervenção da realidade na intencionalidade de colocá - lo em ação e em prática

De seguir o planejamento como foi planejado quanto à execução do planejamento o professor foi questionado o seguinte “Na sala de aula, você segue o planejamento de acordo como foi planejado?”. Obteve-se como resposta unânime: “não”. De modo que nas justificativas entende-se que os professores trabalham muito no improviso, pouco é a utilidade do plano de aula, cada dia parece ser diferente, e o professor não se organiza para tal situação. Dando a entender que eles não conhecem a realidade de sua sala de aula. Uma vez, que a P3 coloca:

Porque os alunos da EJA variam entre 18 a 50 anos e apresentam dificuldades de aprendizagem, por isso alguns conteúdos devem ser trabalhados por mais tempo.

E nessa mesma direção relata P4 o seguinte:

O aluno da EJA comumente, na grande maioria é de pessoas que trabalham durante o dia, e que por esse motivo nem sempre está bem disposto a frequentar as aulas regulamente, fazendo com que o professor retorne o conteúdo na aula seguinte para não prejudicar o aluno.

Um planejamento ou um plano de aula para sua maior eficiência primeiro de tudo parte do conhecimento da realidade que o professor deve ter, para que se possa elaborar seu plano de trabalho pautado nas necessidades da clientela.

Realçado ao exposto pode-se imaginar que um dos desafios do coordenador pedagógico é ajudar o professor no planejamento, com nitidez no conhecimento da realidade que ambos devem conhecer no ato de planejar, a fim da ação de elaboração vir a contribuir realmente com o professor na execução e ao aluno na aprendizagem, e assim, fortalecendo o binômio ensino-aprendizagem.

E nesse contexto, para se ter uma boa educação escolar parte do princípio de um planejamento, seja voltado a sanar as necessidades com ideias inovadoras, pois a cada tempo o planejar e o executar exigem dos profissionais (coordenador e professor) ampla discussão das situações inseridas nos dias atuais, assim, denominando novos desafios para o exercício da prática de planejar e executar que parecem ser a compreensão de novos conceitos e o uso adequado do novo modelo de educação que vai se modificando a cada realidade e a cada época.

No entanto, planejar uma educação não se limita a mecanismo, mas sempre se deseja libertar o indivíduo de forma que ele se conscientize e se comprometa com sua cidadania como homem ou mulher transformador (a) de acordo com sua inserção na sociedade. Isso faz parte de qualquer ação de um plano, planejamento, projeto político pedagógico ou ações desenvolvidas no âmbito educacional.

Planejar, nada mais é, “pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meios se pretende agir”, afirma Oliveira, (2007). Pois, uma educação de qualidade sempre passa pelo um processo de organização bem dinâmica e consistente, que possa ser “criadora e libertadora do homem”, Freire (2006).

De executar o planejamento como foi planejado pois, o planejar e executar são duas ações do mesmo processo educativo. Sendo que o planejar está ainda no indefinido ou previsto, e o executar é a concretização do indefinido ou previsto, no desenvolvimento do processo educacional. Ou seja, não é o processo, cujos resultados podem ser totalmente pré-definidos, determinados ou pré-escolhidos, como se fossem produtos de correntes de uma ação puramente mecânica e impensável. Devemos, pois, planejar a ação educativa para o

homem e não impor-lhe diretrizes que o alienem. Mas sim, oferecer uma educação de qualidade que ajude o homem a ser criador de sua história.

Com base nos relatos sobre a questão “Quais as dificuldades de executar o planejamento como foi planejado?”, pode-se perceber dos quatro professores, ambos afirmaram que sim, três declararam que os fatores mais pertinentes são a “a participação dos alunos, que raramente acontece, o ritmo de assimilação ou da aprendizagem por conta de alguns alunos e a infrequência” são fatores bastante frequente nas salas da EJA.

E a P3 se justificou:

Então, sempre que alguns alunos têm dificuldade de aprendizagem em um determinado assunto, trabalho mais tempo como mesmo, na sala de aula.

E o P4 se justificou dizendo:

Há um grande número de ausência dos alunos, isso frequentemente, causando um baixo nível de assimilação dos conteúdos devido à infrequência das aulas anteriores, isso de vários alunos.

Nessa mesma ótica a P1 justifica:

Muitas vezes os alunos que aparecem são a menor quantidade, tornando difícil de trabalhar como foi planejado, sempre modifico, adequando as necessidades e a realidade dos que estão na sala, mas sem deixar de seguir o conteúdo.

O que se pode observar nas justificativas dos professores, é que a infrequência dos alunos da EJA é muito relevante, e que cada professor sempre procura desenvolver seu trabalho com os alunos presentes, mas mesmo assim, os resultados não são satisfatórios, diante do pensamento que foram planejados, deixando sempre uma lacuna no processo de ensino e conseqüentemente na aprendizagem.

Neste contexto, é importante refletir de que nunca se deve pensar num planejamento ou num plano de aula pronto, imutável e definitivo e termos em mente que um planejamento ou um plano de aula é um documento flexível, inacabado, sujeito a mudanças principalmente na hora de sua aplicabilidade.

Deve-se imaginar que ele representa uma primeira aproximação de medidas adequadas que estão projetadas a uma determinada realidade, tornando-se, possíveis de sucessivas mudanças ou replanejamentos, para que cada professor possa se apropriar de aparatos, afim de, solucionar as problemáticas da realidade conhecidas e das que venha aparecer no decorrer do período do qual foi planejado.

Para que o planejamento ou o plano de aula não venha ser mudado ou replanejado por inteiro e apenas feito algumas adequações para o momento da execução, em algumas

partes é conveniente que tanto o coordenador como o professor estejam intimamente interagindo com a realidade da escola ou porque não dizer do alunado. Assim, possa dar um respaldo maior no favorecimento da passagem gradativa de uma situação existente para outra situação desejada.

Ademais, é fundamental que o profissional coordenador pedagógico além de uma visão perceptiva do todo precisa - se, no exercício de sua atribuição, produzir uma articulação crítica e participativa “entre professores e seu contexto, entre teoria educacional e sua prática educativa, entre o ser e o fazer educativo pedagógico”, num processo que além de crítico e reflexivo seja ao mesmo tempo de cunho formativo, articulativo, emancipativo e compromissado com o contexto social.

E nessa ótica, Franco (2008) expressa que cabe ao coordenador pedagógico organizar espaços, tempos e processos que considerem:

- Que as práticas educativas e pedagógicas só poderão ser transformadas a partir da compreensão dos pressupostos teóricos que as organizam e das condições dadas historicamente;
- Que a prática, como atividade sócio-histórica e intencional, precisa estar em constante processo de redirecionamento, com vistas a se assumir em sua responsabilidade social crítica. (FRANCO, 2008, P. 05).

Neste sentido, o coordenador deve refletir e motivar os professores levando-os à provocação de uma análise sobre suas práticas diante do processo educativo, através da reflexão sobre si mesmo e sobre as mesmas, no intuito de avaliar todo processo na busca de mudanças inovadoras para um eficiente trabalho de ambas as partes, pois “mudar práticas pedagógicas significa empreender mudanças em toda cultura organizacional”, (GARRIDO, 2007).

4.4 Quanto às estratégias metodológicas usada na aula com os alunos.

Quanto ao questionamento em relação “Quais as estratégias metodológicas que você usa na execução das aulas com os alunos?”, foram obtidas respostas relativamente diferenciadas, mas levando a uma só compreensão de aulas expositiva e pouca inovadora. Como podemos observar da p2 e p3, consecutivamente:

“Explorando os conteúdos por meio de texto leve e claro, adequando o nível de conhecimento dos alunos, com exemplificação no quadro e leitura contínua”.
 “Eu tiro xerox para os alunos, peço que leiam e depois explico o conteúdo no quadro”. E se justificou da seguinte forma; “não é sempre que esta estratégia dá certa, os alunos têm vergonha de ler, mas com calma e muita conversas eles entram no clima”.

Nesses relatos não podemos imaginar outra coisa, uma aula expositiva, cansativa e repetitiva, onde pouco aluno participar e a fala que se ouve são sempre a do professor. E se tratado de aula expositiva é uma metodologia de uma didática ultrapassada, até mesmo no ensino regular, não dá grandes resultados, e na modalidade EJA é que não funciona mesmo, tem que ser uma metodologia inovadora, com bastante movimento e envolvendo os alunos, pois são alunos cansados, fáceis de dormir. E com referência a aula expositiva, Fernandes (2011, p.02) expressa:

A aula expositiva se consolidou como prática pedagógica na Idade Média pelas mãos dos jesuítas, se transformando na estratégia mais utilizada nas escolas - quando não a única. A transmissão do conhecimento, sobretudo pela linguagem verbal, era uma corrente hegemônica. Acreditava-se que bastava o mestre falar para as crianças aprenderem.

Aula expositiva foi em uma época que já passou, não pode o professor em pleno século XXI, ainda dá tanta ênfase em seus procedimentos metodológicos e principalmente em se tratando do perfil dos alunos modalidade EJA. O professor deve está sempre na busca de uma metodologia inovadora de movimento e que cada aluno possa construir seu próprio saber, com o envolvimento ao seu mundo. Configurando nessa temática mais um desafio do coordenador pedagógico de dá a atenção aos professores e dialogar com eles, mostrar mecanismo de novas metodologias justamente no momento do ato de planejar e executar caracterizando um planejamento participativo, e que essa prática de aula expositiva, como fala Fernandes (2011) “fosse ficando de fora do planejamento” e de sua execução onde os docentes possam construir um novo fazer metodológico contudo, facilitando para os alunos galgarem uma aprendizagem mais significativa.

4.5 Quanto os resultados satisfatórios à aprendizagem.

Assim, chegamos à última indagação “No final, o(s) resultado(s) é (são) satisfatório(s) quanto à aprendizagem dos alunos?” diante desta prerrogativa houve uma

pequena variação nas respostas, onde três responderam “sim” e apenas uma respondeu que “algumas vezes sim, outras vezes não” e se justificou dizendo:

Porque há disciplinas que alguns alunos não gostam, ou acham que não é importante, acha que não aprendem como pró-exemplo a matemática. E temos que fazer o possível para conscientizar o aluno, mostrar que ele é capaz de aprender todas as disciplinas. Explica P1.

Levando em consideração uma turma heterogênea, e em se tratando em nível de conhecimento, idade e a outros fatores especificamente da EJA é muito difícil alcançar um resultados de aprendizagem comum a todos os discentes, acredita-se que uns se saem bem, outros mais ou menos e outros menos, mas o interessante é sempre deixar um legado de satisfação para o aluno que vem para sala de aula, é bom que ele sempre aprenda alguma coisa de interessante para sua vida contextualizada com o seu mundo, dando – lhe um resultado satisfatório a uma aprendizagem significativa. E de acordo com Moreira (2012, p. 02-03) conceitua aprendizagem significativa como:

Aquela em que ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não-arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe. Substantiva quer dizer não-litera, não ao pé-da-letra, e não-arbitrária significa que a interação não é com qualquer ideia prévia, mas sim com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do sujeito que aprende [...] É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não-litera e não-arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva [...] Esta forma de aprendizagem significativa, na qual uma nova ideia, um novo conceito, uma nova proposição, mais abrangente, passa a subordinar conhecimentos prévios é chamada de aprendizagem significativa superordenada. Não é muito comum; a maneira mais típica de aprender significativamente é a aprendizagem significativa subordinada, na qual um novo conhecimento adquire significado na ancoragem interativa com algum conhecimento prévio especificamente relevante.

Se procurarmos desde o início da elaboração a execução do planejamento uma visão que contemple o aluno, sempre na busca de atender e conhecer suas necessidades cognitivas, junto ao fator sócio-cultural, ou seja, com vista na sua realidade, certamente teremos um resultados de aprendizagem bem mais próximo do que se planeja.

Então, é com base no planejamento que se procura fazer diferente deste da elaboração a execução, com um conhecimento pleno de toda realidade referente ao aluno, escolar, formação do professor, enfim, a uso sucessivo de todo mecanismo e artifícios pedagógicos cabíveis, para que possa chegar a uma aprendizagem significativa, na aquisição da formação do sujeito aluno

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, muitas teorias foram observadas, entrevistas aplicadas e analisadas, numa expectativa de encontrar respaldo, com a máxima veracidade, conjecturar os desafios do coordenador pedagógico a luz do processo de elaboração e execução do planejamento, e temos como premissa entender que todo ser humano tem na sua natureza o planejamento, seja no seu imaginário ou exposto em um pedaço de papel. Portanto o ato de planejar faz parte da história do ser humano, pois o desejo de transformar propósito em realidade objetiva é uma preocupação na organização marcante de toda pessoa. Em nosso dia - a - dia, sempre estamos enfrentando situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre as nossas atividades diárias são delineadas em etapas concretas da ação, uma vez que, já faz parte de um contexto rotineiro, que não é proveitoso para o profissional educador de sala de aula.

O planejamento é uma ferramenta ou um instrumento, assim queira conceituar, muito importante é que faz parte do cotidiano de todos nós na organização de nossos objetivos na coerência de nossas possibilidades e necessidades.

Em relação ao processo educacional a presença desse documento, ou seja, o planejamento é inquestionável, partido das esferas da união, estados e municípios, chegando às instituições de ensino e a todos os profissionais da educação que atuam no processo envolvendo os alunos.

Em se tratando de uma unidade de ensino, primeiramente cabe a ela se planejar a sua atuação (plano de ação) com base em suas necessidades e possibilidades, uma vez que é na instituição de ensino que se eleva todo processo de crescimento e desenvolvimento na formação sociocultural do indivíduo se intensifica, e que tem agregado um importante papel na formação e no desenvolvimento da sociedade.

Assim, como relação à modalidade EJA alguns aspectos são indispensáveis na elaboração e execução do planejamento como conhecimento da realidade, ter foco naquilo que se planeja para alcançá-lo, conhecer as principais necessidades que precisam ser trabalhadas, dá definição dos objetivos, organizar meios e recursos disponíveis para que se consiga realizar da maneira como foi planejado e finalizando com avaliação.

Sempre ao planejar, devemos analisar toda realidade, não se deve nunca executar quaisquer ações ou atividades sem antes refletir e perceber a necessidade de que planejar é altamente necessário para depois executar. E que se possa no momento da execução utilizar

todos os procedimentos e recursos, valorizando a importância do planejamento, diante de todo processo de ensino e aprendizagem, afim de, ter bons resultados de acordo com o que se planejou.

O planejamento seja ele da escolar, de aula, ambos possibilita a uma organização metodológica, tanto no âmbito de racionalização e operacionalização de material como também nos conteúdos a serem desenvolvidos pelos professores em sala de aula, baseado na necessidade e no conhecimento de mundo dos alunos, que por sua vez, são os principais interessados e possivelmente os principais beneficiados com o sucesso nesse tipo de organização metodológica que visa o crescimento e desenvolvimento de cada um, e consequentemente a evolução do homem dentro da sociedade.

Portanto, o planejamento torna-se crucial no sentido de atingir os verdadeiros propósitos da educação do educando, porque primeiramente, busca direcionar a educação considerando o seu contexto, seja ele no âmbito nacional, regional, local ou comunitário em que o indivíduo está inserido, buscando sempre transformar em um cidadão melhor para sociedade.

Relacionado aos desafios do coordenador pedagógico na unidade de ensino, de acordo com os resultados da pesquisa, com relevância ao processo de elaboração e execução do planejamento pode - se observar vários itens que nos chama atenção. Nesse contexto passa ser um desafio para o coordenador pedagógico, primeiramente.

- A formação dos professores que trabalham com a EJA, alguns ainda com magistério a nível médio, e nunca teve outra formação a respeito da modalidade, como formação continuada, semanas pedagógica, entre outra, voltada para EJA.
- Uma formação continuada que trabalhe exclusivamente a modalidade, a fim de proporcionar aos professores perfil voltado à EJA, que é muito importante para os resultados com os alunos.
- Buscar a organização de um currículo para EJA adequado às peculiaridades da clientela, com base no livro didático do município com uma visão de adequação nas necessidades dos alunos.
- Coordenar e acompanhar o planejamento na sua elaboração e execução de forma bem articulada em todos os aspectos em relação às ações pedagógicas na escola, propiciando sua efetividade, com coerência das flexibilidades do planejamento sempre não é executado como é planejado, devido à infrequência e os nível de alunos, ou seja, perfil da classe muito heterogênea em vários aspectos.

- Organizar, orientar e reorientar a prática dos professores, oportunizando uma reflexão da sua ação no processo de ensino-aprendizagem, criando condições favoráveis ao progresso individual e coletivo dos alunos e dos professores.
- Mostrar mecanismo de novas metodologias justamente no momento do ato de planejar e executar, caracterizando um planejamento participativo, através do diálogo com formações na própria escola.
- Procurar desde o início da elaboração a execução do planejamento uma visão que contemple o aluno. E sempre na busca de atender e conhecer suas necessidades cognitivas, junto ao fator sócio-cultural, com vista na realidade da instituição e dos discentes.
- Assegurar uma organização para racionalização, operacionalização da coordenação do trabalho docente, de modo que as previsões das ações docentes possibilitem aos professores uma realização de um ensino de qualidade e evitar a improvisação e a rotina no processo educativo.
- Coordenar e acompanhar as reuniões pedagógicas, promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas, assim, como apoio à produção de materiais didáticos - pedagógicos voltados para o perfil dos alunos da modalidade, na perspectiva de melhoria na qualidade do processo de ensino - aprendizagem.

Na constatação desses desafios permitem ao coordenador pedagógico um amplo conhecimento das dificuldades referentes às problemáticas do processo de elaboração e execução do planejamento com uma atribuição de ajuda na articulação de todo processo de ensino e aprendizagem junto aos professores e conseqüentemente os alunos.

Entre outros desafios do coordenador pedagógico e os citados, ambos estão no contexto de três dimensões da função, de articulador para ajudar os professores a lidar com seus próprios conhecimentos e dos alunos, para isso é preciso ter um amplo conhecimento em didática e metodologias diversificadas e inovadoras, de formador para desenvolver formação com o corpo docente a fim de aprimorar ainda mais seus conhecimentos e de transformador para está sempre a buscar melhoria e mudanças em todas as ações que se julgarem não tão exitosas, dentro de um dinamismo de um trabalho de coordenação pedagógica na mediação das ações envolvendo escola, professores, alunos e pais.

O coordenador pedagógico por sua vez, trabalha numa escola, antes de tudo, um profissional de competência e dinâmico no processo da coordenação, e precisa ter a convicção

de que qualquer situação educativa é complexa, permeada por conflitos de valores e perspectivas, carregando um forte componente axiológico e ético, o qual demanda um trabalho integrado, integrador, de todas as necessidades, com clareza e flexibilidade nos objetivos e propósitos, na fruição de um espaço construído com autonomia e responsabilidade profissional.

É importante e fundamental que o profissional coordenador pedagógico deve compreender e entender que como trabalhador da educação precisa no exercício de sua função, produzir a articulação crítica entre professores e seu contexto, entre teoria educacional e prática educativa, entre o ser e o fazer educativo, num processo que seja ao mesmo tempo formativo, emancipador, crítico e comprometido com sua clientela, ou seja, organizar a própria ação seja em grupo ou subgrupo, implantar um processo de intervenção agindo racionalmente e atribuindo qualidade e precisão na própria ação pedagógica. Assim, dando vida a um processo educacional na busca da plenitude, embasada numa profunda reflexão respeitosamente em três momentos cruciais do planejamento o de elaboração, execução e de avaliação.

É necessário reconhecer que diante do aprofundamento dos estudos teóricos e dos resultados da pesquisa nos leva a conhecer e entender melhor a realidade dos desafios do coordenador pedagógico relevante aos docentes e discentes, dando-nos um olhar diferenciado do anterior e nos possibilitando a procurar mecanismo que melhor possa contribuir no trabalho do professor e proporcionar ao aluno uma educação que esteja voltada para o contexto de suas necessidades.

O trabalho pedagógico do coordenador passando a ser diferenciado, tratando os docentes e educandos com seriedade e conhecimento de causa, propiciando qualidade distinta do que era oferecido antes, respeitando as dificuldades de cada um e com afeto contribuindo e acolhendo as experiências, a fim de, alcançar um resultado desejado que antes não fora possível.

Vale compreender que o presente trabalho não é definido e acabado, pode apresentar variações nas conjecturas das conclusões relacionadas a respeito do processo de elaboração e execução do planejamento didático - pedagógico das ações e atividade do docente em sala de aula. Contudo, pretende ser uma contribuição para a reflexão e flexibilização das ações desenvolvidas no processo educativo e reconhecimento do valor merecido ao planejamento como instrumento ou ferramenta necessário ao aperfeiçoamento da relação coordenador/professor/aluno/aprendizagem na construção, produção e consolidação do saber com qualidade, eficiência, racionalidade e operacionalidade do tempo e das ações

desenvolvidas, assim, delegando um processo educativo uma maior produtividade e eficácia e alcançando uma melhor qualidade na educação.

Portanto, acredita-se que apropriados de todo conhecimento exposto neste texto o coordenador pedagógico poderá idealizar e materializar uma articulação de um processo educativo junto à comunidade escolar e oferecer uma melhoria ao desenvolvimento educacional relacionado à elaboração e execução do planejamento, ou mesmo, de um plano de aula que favoreça tanto o trabalho dos professores como a elevação e transformação da realidade dos alunos possibilitando-os na construção da sua própria identidade e atribuindo uma melhor qualidade no processo de ensino - aprendizagem. E partir de agora, nessa concepção expositiva ao professor se espera que ele se planeje de forma mais positiva além da que se planejava, e que suas ações desenvolvidas no contexto da sala de aula construa uma educação holística e transformadora da realidade.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Laurinda R. PLACCO, Vera M. N. S. Coordenador Pedagógico e espaço de mudança. Ed. Loyola. São Paulo, 2011.

ALMEIDA, L. R. et al. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

ALVES, Rosimar Pires. ARAÚJO, Doracina Aparecida de Castro. Planejamento: organização, Reflexão e ação da prática docente. An. Sciencult, v.1, n.1, Paranaíba, 2009.

AUGUSTO, Silvana. Desafios do coordenador pedagógico. Gestão Escolar. São Paulo, n. 192, maio 2006. Disponível em: <http://gestaoescolar.org.br/formacao/desafios-coordenador-pedagogico-546602.shtml>. Acessado em: 27 de julho 2016.

BARROS, Séfora. EUGENIO, Benedito G. O Coordenador Pedagógico na Escola: formação, trabalho, dilemas. UNICAMP/ UESB. Bahia, 2014.

BEZERRA, Edneide da Conceição. A Tecitura da Ação do Coordenador Pedagógico da Eja: Saberes Necessários à Mediação do Trabalho Docente em Alfabetização. Revistaintelerege. Natal, 2009. Disponível: <http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/11/pdf/dt03.pdf>. Acesso em: 15/08/16.

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro. **LDBEN:** Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Recurso eletrônico: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 10. Edições, Câmara dos Deputados, Brasília 2014.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 1/ 2000.** Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2000.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

_____. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024:** Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Brasília, 2014.

_____. **Plano Estadual de Educação– PEE:** Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências. Assembléia Legislativa. São Luis, 2014.

_____. **Plano Municipal de Educação - PME:** Lei Municipal nº 225, de 23 de junho de 2014. Poder Legislativo. Bom Lugar- Ma, 2014.

BARCELOS, Valdo. Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos. Editora Vozes, 2006.

BORSSOI, Berenice Lurdes. O Coordenador Pedagógico Frente Aos Desafios Escolares. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, PR, 2008.

CARBONE, Solange Aparecida Beletato. Dificuldades de Aprendizagem na Educação de Jovens E Adultos: uma reflexão com alfabetizadores da Eja. Monografia de Especialização, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2013. Disponível em:http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4486/1/MD_EDUMTE.pdf. Acesso em: 30/08/2016.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª. ed. Artmed. Porto Alegre, 2007.

DANTAS, Fernando. Pedagogia X Andragogia – Comparações. 2009. Disponível <https://ferdantas.wordpress.com/2009/05/11/pedagogia-x-andragogia-%E2%80%93-comparacoes/>. Acesso em:01/08/2016.

DALMÁS, Angelo. Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação. Ed. Vozes. Petrópolis, 1994.

_____. **Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação.** Ed. Vozes. Petrópolis, 2008.

FARIAS, Maria Jaidete de. O Perfil do Aluno da Educação de Jovens e Adultos. Webartigos. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-perfil-do-aluno-da-educacao-de-jovens-e-adultos/34725/#ixzz4JV8wFXtu>. Acesso em: 04/09/2016.

FERNANDES, Elisângela. Aula expositiva: o professor no centro das atenções. Nova Escola, 2011. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/aula-expositiva-professor-centro-atencoes-645903.shtml>. Acesso em 08/09/16.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Coordenação Pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade, Universidade Católica de Santos. São Paulo, 2008. Disponível: www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ML/article/view/1176/1187. Acesso: 10/10/2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á pratica educativa. Paz e Terra. São Paulo, 1984.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos.** Paz e Terra. 11. ed. São Paulo, 2006.

GAMA, Maria Luiza Santos. Planejamento Educacional e Formação de Professores: práticas, sentidos e significados. 1. Ed. Appris. Curitiba, 2016.

GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para professor-coordenador. In: ALMEIDA, L. R. **O coordenador pedagógico e a formação docente.** Loyola, Ed. 8, São Paulo, 2007.

GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo. Cortez, 2007.

_____. (org.). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta.** 10. Ed. Cortez. São Paulo, 2008.

GANDIN, Danilo. A Prática do Planejamento Participativo: educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Ed. Vozes. 2ª Ed. Petrópolis – RJ, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2014. Educação-taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais,2016. Disponível:<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso: em 25/07/16.

KNOWLES, Malcolm S. The modern practice of adult education: andragogy versus pedagogy. New York: Association Press, 1970.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Organização e de gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.**

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia, Alternativa, 2004.**

LIMA, Paulo Gomes. SANTOS, Sandra Mendes dos.O Coordenador Pedagógico na Educação Básica: desafios e perspectivas. Faculdades Ítalo - Brasileira e UNASP–HT. São Paulo-SP, 2007.

MERCADO, Elisângela. O papel do coordenador pedagógico como articulador do processo ensino e aprendizagem: reflexões sobre o conselho de classe. Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014.Email: elisangelamercado@gmail.com. Disponível:<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/pdf>. Acesso: 19/07/2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Vozes, Petrópolis, 2001.

MESSIAS, Cinthia Maria da Fontoura. Reflexões sobre Formação Docente. Copese, 2013. Disponível em: <http://www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo9813.pdf>. Acesso em: 29/08/2016.

MOREIRA, Marco Antonio. **O Que à Afinal Aprendizagem Significativa**. Instituto de Física – UFRGS, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>. Acesso em: 09/09/16.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. Maceió: EDUFAL, 1999.

_____. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. 3ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

OLIVEIRA, I. B. de. **PAIVA**, J. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos**. 7ª Ed. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2007.

OLIVEIRA, Manoel Cipriano. **Plano de aula: ferramenta pedagógica da prática docente**, Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2011.

OLIVEIRA, Valdelice de. **O papel do Coordenador Pedagógico na ordenação política do cotidiano da escola**. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá (MT): Autora, 2010

ORSOLON, Luzia A. M. **O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. Ed. Loiola. São Paulo, 2001.

PILETTI, Claudino. **Planejamento: plano de ensino, aprendizagem e projeto educativo**. Libertad. São Paulo, 1995A.

_____. **Planejamento: plano de ensino, aprendizagem e projeto educativo.** Libertad. São Paulo, 2005B.

PILETTI, N. Estrutura e funcionamento do ensino fundamental. São Paulo: Ática, 1998.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de (Coord.). O Coordenador Pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições. Fundação Carlos Chagas. Estudos & pesquisas Educacionais. São Paulo, Abril, 2011

RAPACH, Fabilson de Farias. Planejamento Docente e Qualidade da Ação Pedagógica em Sala de Aula. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

REINALDO, M. A. G. de M. Diversidade textual e ensino de leitura: atuação na formação do professor. Boletim, ABRALIN, 2001.

SILVA, Meire Lúcia Andrade da. O Papel Do Coordenador Pedagógico Como Articulador Da Formação Continuada. Universidade Federal do Tocantins. Miracema do Tocantins, 2011.

SOUZA, Vera Lúcia Trevisan. O coordenador pedagógico e a constituição do grupo de professores, in: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (org.). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança.** 5ed. São Paulo: Layola, 2001.

STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 271-272. Também em **RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental.** São Paulo/Brasília, 1997.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2010.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **O coordenador pedagógico na escola**. In Jornal do Professor, edição 50, 2008. Disponível em <<http://portaldoprofessor.mec.gov>> Acesso em 27/07/2016.

_____. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico** – elementos metodológicos para elaboração e realização. Libertad, 15º Ed. São Paulo, 2006.

VENAS, Ronaldo Figueiredo. **A transformação da coordenação pedagógica ao longo das décadas**. VI Colóquio Internacional. São Cristovão – Se/Brasil, 2012.

VERCEZE, Rosa M^a. Aparecida N. **SILVINO**, Eliziane França. O Livro Didático e Suas Implicações na Prática do Professor nas Escolas Públicas de Guajará - Mirim. UNIR. Campus de Guajará - Mirim.2008.

ZUNINO, Délia L. **PIZANI**, Alice P. A. **A aprendizagem da Língua Escrita na Escola**. Artes Médicas. Porto Alegre, **1995**.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPPG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
SALA AMBIENTE METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO – MTC

Coordenadora da sala: Profa. Dra. Verônica Lima Carneiro Moreira Professor Sala:
 Maria do Carmo Alves da Cruz

Polo: 02

Tutor/a: Patrícia Carvalho Passos Granata

Atividade Número: 06

Cursista (s): Lourisval Mendes da Silva

Entrevista seme – estruturada

Aos professores

1. Qual a sua formação

2. Qual (ais) disciplina (s) que você lecionar?

3. A quanto tempo você trabalha como professor?

4. Há quanto tempo você trabalha com modalidade EJA?

5. Qual (ais) a (s) maior (es) dificuldade(s) de se trabalhar com a EJA?

Justifique:

6. Quanto ao planejamento de aula, você tem dificuldade no ato de planejar?

Justifique:

7. Na sala de aula, você segue o planejamento de acordo como foi planejado? _____

Justifique: _____

8. Quais as dificuldades de executar o planejamento como foi planejado?

Justifique: _____

9. Qual (is) a (s) estratégia(s) metodológica(s) que você usa na execução da(s) aula(s) com os alunos? _____

Justifique: _____

10. No final, o(s) resultado(s) é (são) satisfatório(s) quanto a aprendizagem dos alunos?

Justifique: _____
